

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2019













### CONTEXTO OPERACIONAL E Informações Gerais

* 1. **Objetivo social**

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

### BASE DE PREPARAÇÃO

* 1. **Declaração de Conformidade**

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de setembro de 2019 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 13 de novembro de 2019, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

* 1. **Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Financeiras Intermediárias**

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2018 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2019.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número das Notas Explicativas** | | **Título das Notas Explicativas** |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| 1 | 1 | Contexto operacional e informações gerais |
| 2 | 2 | Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis |
|  | 3 | Reapresentação e reclassificação nas demonstrações financeiras |
| 3 | 4 | Instrumentos financeiros e gestão de risco |
| 4 | 5 | Caixa e equivalente de caixa |
| 5 | 6 | Contas a receber |
| 6 | 7 | Tributos e contribuições compensáveis |
| 7 | 8 | Valores a receber de Parcela “A” e outros componentes financeiros |
|  | 9 | Demais créditos |
|  | 10 | Depósitos e bloqueios judiciais |
| 8 | 11 | Ativo Financeiro Indenizável |
|  | 12 | Aplicações financeiras |
|  | 13 | Ativo não Circulante mantido para venda |
| 9 | 14 | Investimentos |
| 10 | 15 | Imobilizado |
| 11 | 16 | Intangível |
| 12 | 17 | Fornecedores |
| 13 | 18 | Obrigações tributárias |
| 14 | 19 | Contribuição de iluminação pública |
| 15 | 20 | Encargos regulatórios |
| 16 | 21 | Debêntures |
| 17 | 22 | Empréstimos e financiamentos |
| 18 | 23 | Obrigações societárias |
| 19 | 24 | Obrigações sociais e trabalhistas |
| 20 | 25 | Benefício pós-emprego |
| 21 | 26 | Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios |
|  | 27 | Demais obrigações |
| 22 | 28 | Obrigações vinculadas à concessão |
| 23 | 29 | Patrimônio líquido |
| 24 | 30 | Desdobramentos das contas de resultado |
| 25 | 31 | Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído |
| 26 | 32 | Transações com partes relacionadas |
|  | 33 | Seguros |
| 27 | 34 | Conciliação do resultado do período e o fluxo de caixa das atividades operacionais |
| 28 | 35 | informações por segmento de negócio |

* 1. **Princípios de consolidação**

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

* + 1. **Participações societárias**

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

| **Investidas** | | **Atividade** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participações Diretas** | |  |  |  |
| **Em Controladas** | |  |  |  |
| CEB Distribuição S.A. | | Distribuição | 100,00% | 100,00% |
| CEB Geração S.A. | | Geração | 100,00% | 100,00% |
| CEB Participação S.A. | | Comercialização | 100,00% | 100,00% |
| CEB Lajeado S.A. | | Comercialização | 59,93% | 59,93% |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | | Gás | 17,00% | 17,00% |
| **Em Controlada Em Conjunto** | |  |  |  |
| Energética Corumbá III S.A. | | Geração | 37,50% | 37,50% |
| **Em Coligada** | |  |  |  |
| Corumbá Concessões S.A. **(a)** | | Geração | 47,57% | 47,57% |
| **Participações Indiretas** | |  |  |  |
| **Em Coligada** | |  |  |  |
| Investco S.A. | | Geração | 11,99% | 11,99% |
| **Outras Participações** | |  |  |  |
| BSB Energética S.A. | | Geração | 9,00% | 9,00% |
| **(a)** A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A.. | | | | |

* + - 1. **CEB Distribuição S.A. (“Distribuidora” ou “CEB D”)**

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital n° 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

1. **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional**

No exercício de 2018, a CEB Distribuição S.A. operou com seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL.

A Distribuidora possui limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos. Há, por consequência de diversos fatores, limitação da disposição da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando aumento em suas despesas financeiras no mesmo período.

A capacidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pelo Órgão Regulador, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

1. **Monitoramento das condições restritivas econômico-financeiras (*Covenants*)**

Conforme evidenciado em Nota Explicativa nº 1.2.1.3.1 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a CEB DIS apresentou o LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR, ocasionando o não atendimento da condição restritiva prevista no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

No caso de descumprimento dos covenants estabelecidos no referido Contrato de Concessão, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano (2020), é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direto à ampla defesa e ao contraditório.

Com base no último relatório de Indicadores de Sustentabilidade Econômico-Financeiro das Distribuidoras, publicado pela ANEEL, data base junho de 2019, o resultado da inequação, previsto nos referidos normativos, não foi suficiente para o atingimento dos covenants regulatórios.

1. **Manutenção da capacidade operacional da CEB Distribuição S.A.**

Como mecanismo de manutenção das atividades da CEB Distribuição S.A., a Companhia formalizou a assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) cujo objeto é o estudo de alienação do controle societário da Companhia Energética de Brasília na CEB Distribuição S.A..

Nesse contexto, a disponibilidade do plano de transferência de controle societário à ANEEL é umas das alternativas à extinção da outorga, de acordo com a legislação vigente. A aprovação de eventual plano de transferência pelo órgão regulador suspenderia o processo de extinção da concessão.

Ainda no bojo da contratação, a Companhia está desenvolvendo um projeto, em parceria com o BNDES, de estruturação de operação de captação de recursos para aporte na CEB D a fim de promover a reestruturação financeira dessa controlada.

1. **Operação Apate deflagrada pela PCDF e MPDFT**

No dia 31 de outubro de 2019, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Gaeco/MPDFT), bem como a Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública (Cecor) da Polícia Civil do Distrito Federal –PCDF deflagraram a Operação Apate, que apura a suposta prática de furto de energia e fraude no medidor, com prejuízos à CEB DIS.

Ressalta-se que, no momento, as investigações estão restritas à suposta participação de terceirizados, ex-empregados e empregados da Companhia. Nos casos em que for comprovado o efetivo envolvimento de empregados da CEB DIS, serão instaurados processos de sindicância para apuração de responsabilidades.

O montante desviado pelos suspeitos ainda não foi apurado, tendo em vista que a investigação está em andamento e sob sigilo.

A Administração da CEB DIS está colaborando com as investigações e reitera o compromisso com a redução da inadimplência e no combate às perdas, seja por furto ou fraude, que tanto lesam o consumidor, além de prejudicar sua imagem empresarial e dos demais empregados que desempenham as suas atividades funcionais com honestidade e responsabilidade.

Destaca-se que os efeitos das Perdas Não Técnicas no Resultado, independentemente da causa (furtos de energia elétrica, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição e outros), já estão considerados nos custos da compra de energia elétrica.

No caso da CEB DIS, as Perdas Técnicas reconhecidas pela ANEEL são de 7,46% sobre a Energia Injetada e as Perdas Não Técnicas é de 7,05% sobre o mercado de energia de baixa tensão o que equivale aproximadamente à 3,84% sobre a Energia Injetada, perfazendo um total de 11,30% de Perdas Totais Regulatórias.

Ante o exposto, a Administração da Companhia revisará seus Controles Internos, bem como sua análise de Gestão de Riscos, na busca por mitigar novas ocorrências de irregularidades e fraudes envolvendo a CEB DIS.

* + - 1. **Arbitragem da Corumbá Concessões**

Em 01 de agosto de 2019, o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM-CCBC, apresentou a Sentença do Procedimento Arbitral nº 74/2017/SEC2, no qual são partes a Serveng-Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A. e que resultou na condenação a Corumbá Concessões ao pagamento dos AFAC’s mensais realizados pela Serveng-Civilsan S.A. no período de dezembro de 2006 a abril de 2008, cujo valor histórico aportado soma R$ 38.195. Na sentença o CAM-CCBC determinou que o aporte deveria ser corrigido pelo IGPM, com multa de 1% a partir da data da instauração de sentença arbitral, ou seja, 28 de julho de 2017.

 A Corumbá Concessões S.A. registrou a dívida atualizada, que no mês de novembro já se aproxima dos R$ 100 milhões. A Corumbá, por não possuir caixa para honrar esse compromisso, convocou os acionistas para solucionarem a questão. A decisão será tomada em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionista da Companhia a ser realizada, em princípio, no final mês de novembro.

* + 1. **Equivalência Patrimonial**

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobras rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

* 1. **Bloqueio Judicial sobre os dividendos**

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400 que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, cuja defesa está a cargo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de  R$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, está em desacordo com o disposto no art. 32 da  Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal protocolou Embargos de Declaração, requerendo, dentre outros pedidos, sustar os efeitos da decisão que determinou a penhora.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Disrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Até a emissão destas demonstrações, não ocorreram movimentações relevantes sobre o processo em questão.

### INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

* 1. **Estimativa do valor justo**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

|  | **Avaliação** | **30/09/2019** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** |
| **Ativos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| **Empréstimos e Recebíveis** |  |  |  |  |  |
| Caixa e Bancos | Valor Justo | 9 | 9 | 53.864 | 53.864 |
| Contas a Receber | Custo Amortizado | 18.185 | 18.185 | 671.835 | 671.835 |
| Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  | 565.117 | 565.117 |
| **Mantidos até o Vencimento** |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Custo Amortizado |  |  | 11.256 | 11.256 |
| **Valor Justo Por Meio do Resultado** |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Valor Justo | 9.537 | 9.537 | 175.527 | 175.527 |
| **Disponível para Venda** |  |  |  |  |  |
| Ativo Financeiro Indenizável | Valor Justo |  |  | 149.664 | 149.664 |
| **Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| **Outros Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | Custo Amortizado | 12.298 | 12.298 | 188.097 | 188.097 |
| Debêntures | Custo Amortizado |  |  | 221.737 | 221.737 |
| Empréstimos e Financiamentos | Custo Amortizado |  |  | 230.943 | 230.943 |
| Obrigações Societárias | Custo Amortizado | 5.817 | 5.817 | 17.102 | 17.102 |
| Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  | 502.194 | 502.194 |
| Encargos Regulatórios | Custo Amortizado |  |  | 233.840 | 233.840 |
| Obrigações Vinculadas a Concessão | Custo Amortizado |  |  | 1.242 | 1.242 |

|  | **Avaliação** | **31/12/2018** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** |
| **Ativos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| **Empréstimos e Recebíveis** |  |  |  |  |  |
| Caixa e Bancos | Valor Justo | 15 | 15 | 46.598 | 46.598 |
| Contas a Receber | Custo Amortizado | 26.994 | 26.994 | 655.972 | 655.972 |
| Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  | 862.704 | 862.704 |
| **Mantidos até o Vencimento** |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Custo Amortizado |  |  | 10.355 | 10.355 |
| **Valor Justo Por Meio do Resultado** |  |  |  |  |  |
| Aplicações Financeiras | Valor Justo | 12.769 | 12.769 | 133.101 | 133.101 |
| **Disponível para Venda** |  |  |  |  |  |
| Ativo Financeiro Indenizável | Valor Justo |  |  | 144.450 | 144.450 |
| **Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| **Outros Passivos Financeiros** |  |  |  |  |  |
| Fornecedores | Custo Amortizado | 15.237 | 15.237 | 524.848 | 524.848 |
| Debêntures | Custo Amortizado |  |  | 262.797 | 262.797 |
| Empréstimos e Financiamentos | Custo Amortizado |  |  | 274.263 | 274.263 |
| Obrigações Societárias | Custo Amortizado | 5.885 | 5.885 | 16.744 | 16.744 |
| Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros | Custo Amortizado |  |  | 626.004 | 626.004 |
| Encargos Regulatórios | Custo Amortizado |  |  | 269.022 | 269.022 |
| Obrigações Vinculadas a Concessão | Custo Amortizado |  |  | 3.400 | 3.400 |

* + 1. **Fatores de risco**

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

* + 1. **Risco de crédito**

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela “A” das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de setembro de 2019, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R$ 159.709 (R$ 157.761 em 31 de dezembro de 2018). Desse montante, 36,3% (36,3% em 31 de dezembro de 2018) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

* + 1. **Risco de liquidez**

A CEB D tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e com recursos excedentes gerados pelas empresas controladas e coligadas do Grupo. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração daquela empresa tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, visando equilibrar o efeito financeiro da recomposição dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a incompatibilidade da estrutura tarifária vigente contra seus custos de Parcela A e Parcela B sem reconhecimento tarifário.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pelo equilíbrio econômico-financeiro, em atendimento as metas regulatórias, previstas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, com alternativas para o saneamento e sustentabilidade da Distribuidora, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 2.3.1.1.

Assim, as Demonstrações Financeiras daquela Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária.

* + 1. **Risco de taxa de juros**

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 4,75% e 4,00%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 27 de setembro de 2019 (Mediana – Top 5 Curto Prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 5,00% a.a. para o quarto trimestre de 2019, conforme relatório do ITAÚ BBA de outubro de 2019. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de setembro de 2020. Também se espera que a taxa de 4,06% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

**Empréstimos, Financiamentos e Debêntures**

| **Exposição em 30/09/2019** | **Risco** | **Efeito** | **Cenários Projetados – 12 meses** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Provável** | **Possível – 25%** | **Remoto – 50%** |
| **410.156** | **Alta do CDI** |  | 4,75% | 5,94% | 7,13% |
| Balanço | 429.638 | 434.509 | 439.380 |
| Resultado | (19.482) | (24.353) | (29.224) |
| **34.468** | **Alta do TLP** |  | 5,00% | 6,25% | 7,50% |
| Balanço | 36.191 | 36.622 | 37.053 |
| Resultado | (1.723) | (2.154) | (2.585 |
| **279** | **Alta do IGPM** |  | 4,00% | 5,00% | 6,00% |
| Balanço | 290 | 293 | 296 |
| Resultado | (11) | (14) | (17) |
| **7.232** | **Baixa do UMBNDES** |  | 4,06% | 5,08% | 6,09% |
| Balanço | 7.526 | 7.599 | 7.672 |
| Resultado | (294) | (367) | (440) |
| **Total Balanço** |  |  | **473.646** | **479.023** | **484.401** |
| **Total Resultado** |  |  | **(21.511)** | **(26.888)** | **(32.266)** |

* + 1. **Risco cambial**

A Distribuidora, em outubro de 2018, firmou com a Eletrobras, a renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março a julho de 2018, as quais totalizam US$ 31.948 mil dólares americanos. Esses valores serão atualizados durante a realização do contrato a taxa 0,5% (meio por cento), calculados pro rata die, durante os primeiros 15 (quinze) dias e de 1% (um por cento), também calculados pro rata die, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.

O valor total deveria ser amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, a partir da assinatura do contrato. No entanto, em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R$ 79.113.

Em 30 de setembro de 2019, não haviam mais riscos significativos envolvidos.

* + 1. **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica, que apesar de estarem aparentemente superadas para este exercício, ainda repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

* + 1. **Risco regulatório**

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL estabelece, entre outros, parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos, bem como condições para prorrogação do contrato de concessão.

No exercício de 2018, a CEB D apresentou, por apuração interna, seu LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR. Caso haja descumprimento de qualquer meta, prevista no citado Aditivo, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direto à ampla defesa e ao contraditório.

Como alternativa, a Administração vem elaborando plano de ação, com critérios e metas pré-definidas para recuperação do equilíbrio econômico-Financeiro da Companhia, tendo em vista o não atendimento dos covenants regulatórios atribuídos para o exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigatoriedade de destinação de 1% da Receita Operacional Líquida aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Dessa forma, à luz da Lei nº 9.991/2000, a concessionária que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), obrigações com P&D e ou PEE, está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

* + 1. **Risco de aceleração de dívidas**

A CEB Distribuição S.A. possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

* + 1. **Risco de sub/sobrecontratação**

Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a CEB D e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Distribuidora pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada.

No primeiro caso, a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessionária. No segundo caso, além da CEB D ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

* 1. **Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

| **Alavancagem Financeira (Consolidado)** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| --- | --- | --- |
| Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17) | 452.680 | 537.060 |
| (-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4) | (229.391) | (179.699) |
| **Dívida líquida** | **223.289** | **357.361** |
| Total do Patrimônio Líquido | 448.596 | 587.113 |
| **Total do Capital** | **671.885** | **944.474** |
| **Índice de Alavancagem Financeira** – **%** | **33,2** | **37,8** |

### CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Caixa e Bancos Conta Movimento | 9 | 15 | 53.864 | 46.598 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | 9.537 | 12.769 | 175.527 | 133.101 |
| **Total** | **9.546** | **12.784** | **229.391** | **179.699** |

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB’s (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. – BRB, conforme determinação legal. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração de 98% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

### CONTAS A RECEBER

* 1. **Composição do contas a receber**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Consumidores, Concessionárias e Permissionárias |  |  | 678.584 | 689.124 |
| Títulos de Créditos a Receber |  |  | 96.581 | 67.332 |
| Serviços Prestados a Terceiros | 30.713 | 36.606 | 56.379 | 57.287 |
| **Total a Receber Bruto** | **30.713** | **36.606** | **831.544** | **813.733** |
| Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa | (12.528) | (9.612) | (159.709) | (157.761) |
| **Total a Receber Líquido** | **18.185** | **26.994** | **671.835** | **655.972** |
| **Circulante** | **18.185** | **26.994** | **624.493** | **622.655** |
| **Não Circulante** |  |  | **47.342** | **33.317** |

A CEB Distribuição S.A. vem adotando ações de cobrança na busca de redução da inadimplência por meio de reavisos, telemarketing ativo, negativação SERASA, protesto, parceria CEB DIS/ TJDFT-CEJUSC através do Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2017 e suspensões de fornecimentos de energia elétrica.

A expectativa para o quarto trimestre de 2019 é que a CEB D intensifique seu processo de recuperação de créditos inadimplentes mediante contratação de empresa especializada para a atuação na suspensão de fornecimento de energia elétrica, bem como a evolução do programa “Recupera” (negociação de dívidas vencidas).

* 1. **Valores a receber por idade de vencimento (Consolidado)**

|  | **Saldos Vincendos** | **Vencidos até 90 dias** | **Vencidos de 91 a 180 dias** | **Vencidos há mais de 180 dias** | **Total 30/09/2019** | **Total 31/12/2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Classes de Consumidor** |  |  |  |  |  |  |
| Residencial | 93.102 | 99.447 | 34.376 | 11.917 | **238.842** | **249.272** |
| Industrial | 4.611 | 2.394 | 274 | 1.827 | **9.106** | **9.883** |
| Comércio, Serviços e Outros | 64.913 | 32.151 | 8.075 | 24.714 | **129.853** | **137.090** |
| Rural | 4.967 | 3.105 | 1.017 | 1.059 | **10.148** | **10.814** |
| Poder Público | 34.837 | 8.530 | 1.046 | 25.874 | **70.287** | **62.693** |
| Iluminação Pública | 16.690 |  |  | 24.483 | **41.173** | **54.678** |
| Serviço Público | 17.301 |  |  |  | **17.301** | **14.557** |
| **Subtotal Consumidores** | **236.421** | **145.627** | **44.788** | **89.874** | **516.710** | **538.987** |
| Serviço Taxado | 1.000 |  |  |  | **1.000** | **1.667** |
| Concessionárias e Permissionárias | 1.160 |  |  |  | **1.160** | **2.656** |
| Serviços prestado a terceiros | 19.992 | 18.589 | 7.589 | 18.960 | **65.130** | **57.477** |
| Contribuição do consumidor | 1.206 |  |  |  | **1.206** |  |
| Fornecimento Não Faturado | 164.197 |  |  |  | **164.197** | **155.033** |
| Parcelamentos a Faturar CP e LP | 73.932 |  |  |  | **73.932** | **33.948** |
| Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE | 19.265 |  |  |  | **19.265** | **29.779** |
| Arrecadação a Classificar | (18.107) |  |  |  | **(18.107)** | (12.885) |
| Outros | 7.051 |  |  |  | **7.051** | **7.071** |
| **TOTAL** | **506.117** | **164.216** | **52.377** | **108.834** | **831.544** | **813.733** |
| Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa |  |  | (50.875) | (108.834) | (159.709) | (157.761) |
| **Contas a Receber Líquido** | **506.117** | **164.216** | **1.502** |  | **671.835** | **655.972** |

* 1. **Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa**

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Para a Controladora foram considerados débitos vencidos a mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da PECLD, o incremento das faturas de clientes com histórico de inadimplemento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Adminsitração da Companhia:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| **Poder Público** – Vencidos há mais de 90 dias | (12.528) | (9.612) | (32.268) | (37.192) |
| **Iluminação Pública** – Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (24.641) | (24.640) |
| **Residencial –** Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (50.928) | (51.987) |
| **Comercial** – Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (49.389) | (41.429) |
| **Serviço Público** – Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (728) | (728) |
| **Industrial** – Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (1.146) | (1.010) |
| **Rural** – Vencidos há mais de 90 dias |  |  | (1.309) | (775) |
| **Total** | **(12.528)** | **(9.612)** | **(159.709)** | **(157.761)** |

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **(9.612)** | **(157.761)** |
| Adições | (13.265) | (135.058) |
| Baixa Para Perda – Lei 9.430/96 |  | 109.426 |
| Reversões | 10.349 | 133.110 |
| **Saldo e m 30 de setembro de 2019** | **(12.528)** | **(159.709)** |

* 1. **Créditos com o Governo do Distrito Federal**

Em 30 de setembro de 2019, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R$ 57.959, dos quais, R$ 45.431 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R$ 12.528 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, líquidos de provisão, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R$ 68.352, em 30 de setembro de 2019 (R$ 95.304 em 31 de dezembro de 2018), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Saldos Vincendos | 4.687 | 19.459 | 50.663 | 59.443 |
| Vencidos até 90 dias | 13.498 | 7.435 | 17.689 | 33.675 |
| Vencidos de 91 a 360 dias | 5.134 | 3.965 | 5.283 | 6.051 |
| Vencidos há mais de 360 dias | 7.394 | 5.747 | 52.676 | 53.421 |
| Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa | (12.528) | (9.612) | (57.959) | (57.286) |
| **Total** | **18.185** | **26.994** | **68.352** | **95.304** |

### TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ **(a)** | 20.502 | 19.443 | 72.782 | 26.096 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL **(a)** | 7.772 | 7.386 | 30.305 | 13.004 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 2.647 | 2.448 | 2.916 | 2.461 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS **(b)** |  |  | 8.919 | 9.194 |
| Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 91 | 80 | 636 | 623 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 482 | 384 | 3.028 | 2.721 |
| Programa de Integração Social – PIS | 406 | 404 | 811 | 615 |
| Outros | 602 | 602 | 645 | 602 |
| **Total** | **21.502** | **30.747** | **120.042** | **55.316** |
| **Circulante** | **5.038** | **4.684** | **85.829** | **23.169** |
| **Não Circulante** | **27.464** | **26.063** | **34.213** | **32.147** |

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar n° 102/2000.

* 1. **Ativos fiscais diferidos reconhecidos e não reconhecidos**
     1. **Ativos fiscais diferidos reconhecidos**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R$ 26.788, conforme demonstrado abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR** | | | | |
| **Base Negativa e Prejuízo Fiscal** | **Controle de Valores** | D/C | ATIVO FISCAL DIFERIDO | |
| = Saldo x (+/-)34% | |
| 78.829 | C | 26.788 | |
| **TOTAL DA BASE DE APURAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO** | | | | **78.845** |
| **TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/09/2019 (34%)** | | | | **26.788** |
| **TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2018** | | | | **25.404** |

Na perspectiva da Administração, norteada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

* + 1. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Diferenças Temporárias | 4.329 | 3.268 | 114.649 | 106.595 |
| Prejuízo Fiscal e Base Negativa |  |  | 137.202 | 161.626 |
| **Total** | **4.329** | **3.268** | **247.522** | **268.221** |

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

### VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

| **Ativos Financeiros Setoriais** | **Saldo em 31/12/2018** | **Constituição** | **Amortização** | **Atualização** | **Transferência** | **Saldo em 30/09/2019** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CVA Ativa** | **513.388** | **132.757** | **(343.258)** | **13.318** | **(2.107)** | **314.098** |
| Aquisição de Energia – (CVAenergia) | 457.332 | 102.981 | (305.930) | 10.805 |  | 265.188 |
| Energia Adquirida – Proinfa | 739 | 4.315 | (204) | 253 |  | 5.103 |
| Transporte Rede Básica | 15.307 | 1.788 | (13.982) | 318 | (2.107) | 1.324 |
| Transporte de Energia – Itaipu | 7.564 | 2.785 | (6.124) | 221 |  | 4.446 |
| Conta Desenv Energético - CDE | 32.446 | 20.888 | (17.018) | 1.721 |  | 38.037 |
| **Demais Ativos Financeiros Setoriais** | **349.316** | **147.910** | **(241.413)** | **486** | **(5.280)** | **251.019** |
| Neutralidade da Parcela A | 33.426 | 3.274 | (30.534) |  |  | 6.166 |
| Sobrecontratação de Energia | 165.990 | 14.831 | (138.677) | 383 | (5.280) | 37.247 |
| Angra | 3.591 |  | (3.280) |  |  | 311 |
| Risco Hidrológico | 74.780 | 144.040 | (68.310) |  |  | 150.510 |
| Competência | 70.859 | (38.336) |  |  |  | 32.523 |
| Acordo Bilateral |  | 23.898 |  | 103 |  | 24.001 |
| Outros | 670 | 203 | (612) |  |  | 261 |
| **Total Ativos Financeiros Setoriais** | **862.704** | **280.667** | **(584.671)** | **13.804** | **(7.387)** | **565.117** |
| **Circulante** |  |  |  |  |  | **565.117** |

| **Passivos Financeiros Setoriais** | **Saldo em 31/12/2018** | **Constituição** | **Amortização** | **Atualização** | **Transferência** | **Saldo em 30/09/2019** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Passivos Financeiros Setoriais (CVA)** | **(152.885)** | **(58.125)** | **108.700** | **(5.053)** | **2.107** | **(105.256)** |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) |  | (2.211) |  |  |  | (2.211) |
| Energia Adquirida - PROINFA | (56) | (6) | 51 |  |  | (11) |
| Transporte Rede Básica | (1.300) | (1.771) |  | (764) | 2.107 | (1.728) |
| Encargo Serviço Sistema - ESS | (150.334) | (31.259) | 107.668 | (3.397) |  | (77.322) |
| Conta Desenv Energético - CDE | (1.195) | (22.878) | 981 | (892) |  | (23.984) |
| **Demais Passivos Financeiros Setoriais** | **(473.119)** | **(155.713)** | **232.929** | **(6.310)** | **5.275** | **(396.938)** |
| Neutralidade da Parcela A | (14.701) | 14.910 | (252) | 46 |  | 3 |
| Sobrecontratação de Energia | (90.341) | (10.675) |  | (5.304) | 5.275 | (101.045) |
| Devoluções Tarifárias UD/ER | (40.209) | (13.315) | 15.890 | (1.052) |  | (38.686) |
| Reversão Financeira MCP | (59.179) |  | 54.058 |  |  | (5.121) |
| Risco Hidrológico | (187.553) | (146.633) | 89.117 |  |  | (245.069) |
| Ressarcimento P&D | (14.839) |  | 13.555 |  |  | (1.284) |
| Reversão RTE 2018 | (66.297) |  | 60.561 |  |  | (5.736) |
| **Total Passivos Financeiros Setoriais** | **(626.004)** | **(213.838)** | **341.629** | **(11.363)** | **7.382** | **(502.194)** |
| **Circulante** |  |  |  |  |  | **483.721** |
| **Não Circulante** |  |  |  |  |  | **18.473** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31/12/2018** | **Constituição** | **Amortização** | **Atualização** | **Transferências** | **30/09/2019** |
| **CVA líquida (Ativo - Passivo)** | **236.700** | 66.829 | (243.042) | 2.441 |  | **62.925** |

### ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas desmonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de nove meses, mostrada no quadro seguinte:

|  | **Consolidado** |
| --- | --- |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **137.481** |
| Adições | 1.968 |
| Baixas | (18) |
| Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR | 5.019 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **144.450** |
| Adições | 446 |
| Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR | 4.768 |
| **Saldos em 30 de setembro de 2019** | **149.664** |

### INVESTIMENTOS

* 1. **Composição dos investimentos**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Avaliados por Equivalência Patrimonial | 381.456 | 579.617 | 343.902 | 334.158 |
| Propriedade Para Investimento |  |  | 274.400 | 274.420 |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital | 85.942 | 4.717 | 4.637 | 4.637 |
| Outros | 209 | 211 | 209 | 211 |
| **Total** | **467.607** | **584.545** | **623.148** | **613.426** |

* 1. **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

| **Investidas** | **Controladora** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capital Social Integralizado** | **Patrimônio Líquido** | **Participação no Capital Social (%)** | **Participação nas Ações Ordinárias (%)** | **Número de Ações Detidas pela CEB** | **Valor Contábil** | |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| CEB Distribuição S.A. | 763.181 | 156.700 | 100 | 100 | 350.532.450 | 73.156 | 267.463 |
| CEB Lajeado S.A. | 112.283 | 309.410 | 59,93 | 59,93 | 82.013.911 | 92.966 | 78.199 |
| Corumbá Concessões S.A. | 171.516 | 195.420 | 45,2 | 9,3 | 256.009.911 | 88.342 | 87.831 |
| Energética Corumbá III S.A. | 121.586 | 172.413 | 37,5 | 25 | 45.594.783 | 64.453 | 62.593 |
| CEB Participações S.A. | 21.270 | 35.826 | 100 | 100 | 41.270.415 | 35.826 | 31.592 |
| CEB Geração S.A. | 7.575 | 26.695 | 100 | 100 | 7.575.212 | 26.695 | 51.880 |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | 5.721 | 756 | 17 | 51 | 30.600 | 18 | 59 |
| **Total** |  |  |  |  |  | **381.456** | **579.617** |

| **Investidas** | **Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Capital Social Integralizado** | **Patrimônio Líquido** | **Participação no Capital Social (%)** | **Participação nas Ações Ordinárias (%)** | **Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas** | **Valor Contábil** | |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Corumbá Concessões S.A. | 171.516 | 195.420 | 47,55 | 9,30 | 269.294.911 | 92.927 | 92.389 |
| Investco S.A. | 6.868 | 923.611 | 20,00 | 20,00 | 133.563.595 | 186.522 | 179.176 |
| Energética Corumbá III S.A. | 121.586 | 172.413 | 37,50 | 25,00 | 45.594.783 | 64.453 | 62.593 |
| **Total** |  |  |  |  |  | **343.902** | **334.158** |

* + 1. **Informações financeiras resumidas**

| **Investidas** | **30/09/2019** | | | **31/12/2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** | **Passivos** | **Receita Líquida** | **Ativos** | **Passivos** | **Receita Líquida** |
| CEB Distribuição S.A. | 2.846.339 | 2.692.009 | 1.868.371 | 3.041.731 | 2.774.268 | 2.456.208 |
| Corumbá Concessões S.A. | 654.640 | 459.219 | 141.072 | 645.946 | 451.656 | 165.750 |
| CEB Lajeado S.A. | 359.117 | 49.707 | 143.752 | 328.364 | 45.361 | 171.589 |
| Energética Corumbá III S.A. | 228.782 | 56.370 | 33.707 | 227.376 | 60.068 | 45.491 |
| CEB Participações S.A. | 39.460 | 3.634 | 20.515 | 38.662 | 7.070 | 15.664 |
| CEB Geração S.A. | 30.869 | 4.174 | 18.694 | 90.563 | 38.682 | 18.306 |
| Companhia Brasiliense de Gás S.A. | 1.203 | 447 | 4.051 | 1.437 | 646 | 280 |

* + 1. **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

|  | **Controladora** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CEB Distribuição S.A.** | **CEB Lajeado S.A.** | **Corumbá Concessões S.A.** | **Energética Corumbá III S.A.** | **CEB Participações S.A.** | **CEB Geração S.A.** | **Companhia Brasiliense de Gás S.A.** | **Total** |
|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **320.459** | **73.095** | **71.472** | **62.309** | **26.795** | **11.445** | **129** | **565.706** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (33.678) | 26.370 | 18.084 | 5.212 | 14.621 | 56.009 | (58) | **86.560** |
| Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC | 19.643 |  |  |  |  |  | (12) | **19.631** |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas | (38.961) | (8) |  |  |  |  |  | **(38.969)** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio |  | (11.258) | (1.725) | (4.928) | (9.824) | (15.574) |  | **(43.309)** |
| Redução de Capital |  | (10.000) |  |  |  |  |  | **(10.000)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **267.463** | **78.199** | **87.831** | **62.593** | **31.592** | **51.880** | **59** | **579.617** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 13.486 | 30.429 | 698 | 5.380 | 12.179 | 8.109 | (41) | **70.240** |
| Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC | 81.173 |  |  |  |  |  | 131 | **81.304** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio |  | (6.662) |  | (3.520) | (6.945) | (33.294) |  | **(50.421)** |
| Dividendos Antecipados |  | (9.000) |  |  | (1.000) |  |  | **(10.000)** |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas | (207.792) |  | (187) |  |  |  |  | **(207.979)** |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **154.330** | **92.966** | **88.342** | **64.453** | **35.826** | **26.695** | **149** | **462.761** |

|  | **Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Investco S.A.** | **Corumbá Concessões S.A.** | **Energética Corumbá III S.A.** | **Total** |
|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **177.931** | **75.341** | **62.309** | **315.581** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (6.339) | (1.830) | (4.929) | **(13.098)** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | 7.584 | 18.878 | 5.213 | **31.675** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **179.176** | **92.389** | **62.593** | **334.158** |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 9.234 | 724 | 5.380 | **15.338** |
| Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | (1.888) |  | (3.520) | **(5.408)** |
| Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas |  | (186) |  | **(186)** |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **186.522** | **92.927** | **64.453** | **343.902** |

* 1. **Participação dos acionistas não controladores**

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R$ 217.050, dos quais, R$ 216.444 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R$ 606 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás S.A..

### IMOBILIZADO

* 1. **Movimentação**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | | | |
| **31/12/2018** | **Aquisições** | **Baixas** | **Transferências** | **30/09/2019** |
| **Imobilizado em Serviços** | **14.214** | **18** |  |  | **14.232** |
| Terrenos | 11.036 |  |  |  | 11.036 |
| Edificações | 2.464 |  |  |  | 2.464 |
| Máquinas e Equipamentos | 344 | 18 |  |  | 362 |
| Equipamento de Informática | 127 |  |  |  | 127 |
| Móveis e Utensílios | 243 |  |  |  | 243 |
| **Depreciação Acumulada** | **(1.078)** | **(131)** |  |  | **(1.209)** |
| Edificações | (642) | (82) |  |  | (724) |
| Máquinas e Equipamentos | (196) | (24) |  |  | (220) |
| Equipamento de Informática | (4) | (19) |  |  | (23) |
| Móveis e Utensílios | (236) | (6) |  |  | (242) |
| **Imobilizado Líquido** | **13.136** | **(113)** |  |  | **13.023** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Consolidado** | | | | |
| **31/12/2018** | **Aquisições** | **Baixas** | **Transferências** | **30/09/2019** |
| **Imobilizado em Serviços** | **129.965** | **475** | **(55)** | **2.799** | **133.184** |
| Terrenos | 14.124 | 225 |  |  | **14.349** |
| Reservatóritos, Barragens e Adutoras | 13.928 | 18 |  | 981 | **14.927** |
| Edificações | 22.036 | 4 |  |  | **22.040** |
| Máquinas e Equipamentos | 46.375 | 228 | (55) |  | **46.548** |
| Veículos | 24.012 |  |  | 1.818 | **25.830** |
| Móveis e Utensílios | 9.316 |  |  |  | **9.316** |
| Outros | 174 |  |  |  | **174** |
| **Imobilizado em Curso** | **44.389** | **19.279** |  | **(14.691)** | **48.977** |
| **Depreciação Acumulada** | **(71.794)** | **(3.478)** |  |  | **(75.272)** |
| Reservatóritos, Barragens e Adutoras | (4.777) | (229) |  |  | **(5.006)** |
| Edificações | (10.100) | (428) |  |  | **(10.528)** |
| Máquinas e Equipamentos | (32.851) | (933) |  |  | **(33.784)** |
| Veículos | (18.240) | (1.533) |  |  | **(19.773)** |
| Móveis e Utensílios | (5.727) | (336) |  |  | **(6.063)** |
| Outros | (99) | (19) |  |  | **(118)** |
| **Imobilizado Líquido** | **102.560** | **16.276** | **(55)** | **(11.892)** | **106.889** |

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

### INTANGÍVEL

* 1. **Movimentação**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | | | | |
| **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Outros** | **30/09/2019** |
| Intangíveis - *Software* | 4.706 |  |  |  |  | 4.706 |
| **Total** | **4.706** |  |  |  |  | **4.706** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Amortização Acumulada** |  |  |  |  |  |  |
| Intangíveis – *Software* | (735) | (707) |  |  |  | (1.442) |
| **Total** | **(735)** | **(707)** |  |  |  | **(1.442)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Intangível Líquido** | **3.971** | **(707)** |  |  |  | **3.264** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Consolidado** | | | | | |
| **31/12/2018** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Outros** | **30/09/2019** |
| **Direito de uso da concessão** |  |  |  |  |  |  |
| Em serviço | **1.165.624** | 10.225 |  |  |  | **1.175.849** |
| Em curso | **61.827** | 30.814 |  | (13.275) | (4.754) | **74.612** |
| **Outros Intangíveis** |  |  |  |  |  |  |
| Em serviço | **105.675** |  |  |  |  | **105.675** |
| Em curso | **54** | 1.212 |  |  |  | **1.266** |
| **Direito de Exploração da Concessão** | **158.946** |  |  |  |  | **158.946** |
| **Total** | **1.492.126** | **42.251** |  | **(13.275)** | **(4.754)** | **1.516.348** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Amortização Acumulada** |  |  |  |  |  |  |
| **Direito de uso da concessão** |  |  |  |  |  |  |
| Em serviço | **(417.962)** | (31.522) |  |  |  | **(449.484)** |
| **Outros Intangíveis** |  |  |  |  |  |  |
| Em serviço | **(77.528)** | (8.373) |  |  |  | **(85.901)** |
| **Direito de Exploração da Concessão** | **(76.530)** | (4.416) |  |  |  | **(80.946)** |
| **Total** | **(572.020)** | **(44.311)** |  |  |  | **(616.331)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Intangível Líquido** | **920.106** | **(2.060)** |  | **(13.275)** | **(4.754)** | **900.017** |

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

* 1. **Direito de exploração de concessão de geração**

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim mostrados:

|  | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| --- | --- | --- |
| Ágio | 158.946 | 158.946 |
| Amortização Acumulada | (80.944) | (76.529) |
| **Saldo Líquido** | **78.002** | **82.417** |

### FORNECEDORES

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Suprimento de Energia Elétrica |  |  | 118.557 | 440.475 |
| Materiais e Serviços | 12.298 | 15.237 | 29.495 | 47.224 |
| Encargos de Uso de Rede Elétrica |  |  | 39.707 | 36.608 |
| Fornecedores de Gás |  |  | 338 | 541 |
| **Total** | **12.298** | **15.237** | **188.097** | **524.848** |
| **Circulante** | **12.298** | **15.237** | **188.097** | **488.018** |
| **Não Circulante** |  |  |  | **36.830** |

A rubrica Suprimento de Energia Elétrica é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

* 1. **Parcelamento Mercado de Curto Prazo - MCP**

Em agosto de 2018, na 1009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado foi de R$ 196.397, que deverá ser incluído encargos moratórios de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/IBGE, contemplando o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento. O referido Parcelamento será amortizados em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária de mesma grandeza.

Em 10 de julho de 2019 a Distribuidora liquidou antecipadamente o saldo devedor da operação pelo valor de R$ 70.819.

* 1. **Parcelamento Itaipu Binacional**

A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente às faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US$ 31.948, que foram atualizados até a realização do contrato a uma taxa de 0,5%, durante os primeiros 15 dias e de 1%, a partir do 16º dia de cada mês, calculados pro rata die.

O valor total será amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30/11/2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

Em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R$ 79.113.

### OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

* 1. **Resumo das obrigações tributárias**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido | 99.230 | 99.462 | 257.979 | 281.184 |
| Outros Tributos | 856 | 3.025 | 601.984 | 262.142 |
| **Total** | **100.086** | **102.487** | **859.963** | **543.326** |
| **Circulante** | **3.304** | **5.706** | **462.042** | **220.970** |
| **Não Circulante** | **96.782** | **96.781** | **397.921** | **322.356** |

* + 1. **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | 73.611 | 73.610 | 190.724 | 208.864 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL | 25.619 | 25.852 | 67.225 | 72.320 |
| **Total** | **99.230** | **99.462** | **257.979** | **281.184** |
| **Circulante** | **2.448** | **2.681** | **99.954** | **65.699** |
| **Não Circulante** | **96.782** | **96.781** | **158.025** | **215.485** |

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de setembro de 2019 e em 2018:

|  | **Controladora** | | | | **Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **IRPJ** | | **CSLL** | | **IRPJ** | | **CSLL** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro** | **69.425** | **(31.416)** | **69.425** | **(31.416)** | **166.988** | **(73.465)** | **166.988** | **(6.012)** |
| Resutado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido |  |  |  |  | **20.262** | (17.705) | **20.262** | (17.705) |
| **Total do Resultado Tributável** | **69.425** | **(31.416)** | **69.425** | **(31.416)** | **187.260** | **(91.170)** | **187.260** | **(23.717)** |
| Equivalência Patrimonial | (70.240) | 38.542 | (70.240) | 38.542 | (79.474) | 34.117 | (79.474) | 34.117 |
| Adições/Exclusões Permanentes | (18.298) | (3.720) | (18.298) | (3.720) | 48.687 | 8.134 | 48.687 | 4.160 |
| Adições/Exclusões Temporárias | 16.816 | (9.526) | 16.816 | (9.526) | 174.642 | (1.243) | 174.642 | (36.622) |
| **Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal** | **(2.297)** | **(6.120)** | **(2.297)** | **(6.120)** | **331.115** | **(50.162)** | **331.115** | **(22.062)** |
| (-)Compensação Prejuízo Fiscal |  |  |  |  | **(71.883)** |  | **(71.883)** |  |
| **Base de Cálculo** | **(2.297)** | **(6.120)** | **(2.297)** | **(6.120)** | **259.282** | **(50.162)** | **259.282** | **(22.062)** |
| Alíquota Aplicável | **25%** | **25%** | **9%** | **9%** | **25%** | **25%** | **9%** | **9%** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas |  |  |  |  | (60.236) | (11.876) | (21.720) | (4.282) |
| IRPJ – Lucro Presumido |  |  |  |  | (1.511) | (831) | (709) | (423) |
| **Ajustes IRPJ/CSLL do período** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente** |  |  |  |  | **(61.747)** | **(12.707)** | **(22.429)** | **(4.705)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido** | 1.018 | 804 | 366 | 289 | 43.905 | 2.762 | 15.805 | 994 |
| **Total do Imposto de Renda e Contribuição Social** | **1.018** | **804** | **366** | **289** | **(17.842)** | **(9.945)** | **(6.624)** | **(3.711)** |

* + - 1. **Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Empresa** | **Movimentação do período** | **IRPJ** | **CSLL** |
| **Alíquotas** |  |  | **25%** | **9%** |
| Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido | Controladora | 4.070 | 1.018 | 366 |
| Valores a Receber de Parcela “A” - CVA | CEB Distribuição S.A. | 173.771 | 43.443 | 15.639 |
| Valor Novo de Reposição - VNR | CEB Distribuição S.A. | (4.768) | (1.192) | (429) |
| Estimativa Mensal - MCP | CEB Lajeado S.A. | 2.544 | 636 | 229 |
| **Total** |  | **175.617** | **43.905** | **15.805** |

**(i) Passivo fiscal diferido**

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | 71.163 | 71.162 | 116.182 | 158.432 |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL | 25.619 | 25.619 | 41.843 | 57.053 |
| **Total** | **96.782** | **96.781** | **158.025** | **215.485** |
| **Não Circulante** | **96.782** | **96.781** | **158.025** | **215.485** |

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos de tributos federais relativos ao reconhecimento do ganho sobre a mais valia no momento da reavaliação dos terrenos realizada em 2010. Já no âmbito da CEB D trata-se do reconhecimento sobre o VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da realização dos terrenos, do Ativo Financeiro Indenizável e dos Ativos e Passivos Regulatórios.

* + 1. **Outros Tributos**

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS |  |  | 71.766 | 61.525 |
| Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS | 16 | 1.342 | 14.313 | 76.269 |
| Programa de Integração Social – PIS | 3 | 292 | 3.059 | 15.509 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS | 52 | 151 | 535 | 633 |
| Parcelamentos de Tributos **(a)** |  |  | 318.242 | 108.152 |
| Postergação de Tributos **(b)** |  |  | 194.013 |  |
| Outros | 784 | 1.240 | 56 | 54 |
| **Total** | **856** | **3.025** | **601.984** | **262.142** |
| **Circulante** | **856** | **3.025** | **348.631** | **155.271** |
| **Não Circulante** |  |  | **239.896** | **106.871** |

(a) Parcelamento de Tributos

**ICMS**

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R$ 53.036 e R$ 59.084 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário, foram exigidos multa de 5% no montante de R$ 5.606 contabilizado em julho de 2018 e sinal de R$ 5.886. O valor residual de R$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

Em abril de 2019, a Companhia assinou um segundo contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre o faturamento dos meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019, com valores principais resultantes em R$ 60.220, R$ 60.546 e R$ 33.167 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário foram exigidos multa de R$ 13.735, juros de R$ 2.626 e sinal de R$ 8.515. O valor residual de R$ 161.779 foi divido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de junho de 2019 com atualizações mensais por juros SELIC.

**PIS/COFINS**

Em agosto de 2019, a Companhia celebrou 3 (três) contratos de parcelamentos de débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), sob nº 10166-7318 (PIS/COFINS), 10166-732180 (PIS/COFINS) e 14033.720278 (PIS), cujo montante total foi de R$ 59.058, divididos em 60 parcelas mensais de R$ 984, acrescidas de juros de 1% e 100% da Selic mensal. O montante parcelado, refere-se à reavaliação dos créditos apurados pela CEB Distribuição S/A dos valores recolhidos a maior a título de PIS/PASEP no período de outubro de 1991 a março de 1996, que foi apurado em desacordo da decisão judicial transitada em julgado e compensados, equivocadamente, com tributos federais durante o ano de 2017.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo devedor dos parcelamentos é de R$ 57.090.

(b) Postergação ICMS

Em 2019, o Governo do Distrito Federal publicou Decretos, mensalmente, de forma a prorrogar a parcela dos ICMS apurado mensalmente conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **ICMS Apurado** | **ICMS Pago** | **ICMS Diferido** | **Novo vencimento** |
| março/19 | 60.840 | 22.840 | 38.000 | 09/01/2020 |
| abril/19 | 61.086 | 30.000 | 31.086 | 10/02/2020 |
| maio/19 | 64.828 | 30.000 | 34.828 | 09/03/2020 |
| Junho/19 | 62.004 | 30.000 | 32.004 | 10/04/2020 |
| Julho/19 | 56.147 | 30.000 | 26.147 | 11/05/2020 |
| Agosto/19 | 61.949 | 30.000 | 31.949 | 10/06/2020 |
| **Total** | **366.854** | **172.840** | **194.014** |  |

Essa medida de flexibilização tem sido utilizada pela Administração para mitigar o desequilíbrio financeiro da CEB D, que vem implantando alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira prevista em seu Estatuto Social, bem como no Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.3.5, descritos nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para suprir os custos dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de setembro de 2019, o montante a repassar ao GDF foi de R$ 42.415 e apresenta a seguinte movimentação:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **FATURADO** | **ARRECADADO** | **TOTAL** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **23.817** | **32.330** | **56.147** |
| Faturamento | 158.531 |  | 158.531 |
| Arrecadação | (158.292) | 158.292 |  |
| Atualização |  |  |  |
| Repasse |  | (172.233) | (172.233) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **24.056** | **18.359** | **42.415** |

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Em 30 de setembro de 2019 o saldo deste parcelamento corresponde a R$ 13.456.

### ENCARGOS REGULATÓRIOS

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Superavit de Baixa Renda **(a)** | 82.469 | 78.795 |
| Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética **(b)** | 131.769 | 139.653 |
| Encargos do Consumidor a Recolher **(c)** | 19.602 | 50.574 |
| **Total** | **233.840** | **269.022** |
| **Circulante** | **46.209** | **90.107** |
| **Não Circulante** | **187.631** | **178.915** |

**(a) Superavit de baixa renda**

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade –SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superavit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB D, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Contudo, em 21 de outubro 2019, foi proferida sentença desfavorável ao pleito da distribuidora, e antes mesmo da publicação, foram opostos embargos de declaração perseguindo o aclaramento da obscuridade, da contradição e da omissão existentes nessa decisão, com efeitos infringentes (modificativos). Ato contínuo, os autos foram disponibilizados para a ANEEL para se manifestar em contrarrazões quanto ao recurso aviado, para, então, o Magistrado decidir de forma derradeira.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de outubro de 2018 e 2019, em razão da liminar a CEB D solicitou a reversão dos valores capturados no RTA de 2017, além da não inclusão de valores no processo tarifário em questão. Conforme NT nº 222/2018-SGT/ANEEL e NT nº 181/2019-SGT/ANEEL, a ANEEL resolveu acatar e não incluir nenhuma parcela do financeiro de baixa renda, porém não reverteu os valores capturados de 2017.

Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Consolidado** |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2017** | **74.036** |
| Atualização | 4.759 |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2018** | **78.795** |
| Atualização | 3.674 |
| **Saldo final em 30 de setembro de 2019** | **82.469** |

**(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE**

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

Sobre o saldo do exigível na conta de P&D e EE – Recursos em Poder da Empresa (ou equivalente) devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao faturamento, até o mês de lançamento do gasto na Ordem de Serviço - ODS, ou equivalente, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 754, de 13/12/2016 e nº 830, de 05/11/2018.

A empresa regulada pela ANEEL com obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991/2000 que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de P&D e ou PEE um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

Para proceder a essa verificação específica, deve-se excluir do saldo da Conta Contábil:

1. No caso do P&D os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso, ativo circulante e não circulante, respectivamente; e
2. No caso do PEE os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso circulante e não circulante, as receitas provenientes de contratos de desempenho e a diferença entre o valor provisionado para o Procel e o efetivamente recolhido.

Para os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa Selic, também acumulados na Conta Contábil de P&D e de PEE, fica estabelecido o horizonte de até 48 meses, a partir da entrada em vigência da Resolução Normativa nº 754/2016 e nº 830/2018 referente ao P&D e PEE, respectivamente, para regularização, de forma a atender ao disposto nos regulamentos, relativos ao acúmulo de valor nessas Contas.

A partir desse horizonte de 48 meses, o saldo da Selic deve ser considerado na verificação do limite de acúmulo nas Contas Contábeis de P&D e PEE, pois compõe o montante de investimentos a realizar em P&D e PEE regulado pela ANEEL.

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do período de 2019 a 2023 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | 73.633 | 88.114 |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P &D | 56.005 | 49.723 |
| Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT | 1.607 | 1.397 |
| Ministério de Minas e Energia – MME | 524 | 419 |
| **Total** | **131.769** | **139.653** |

**(c) Encargos do consumidor a recolher**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE |  | 29.083 |
| Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica | 414 | 53 |
| Demais Encargos Setoriais | 19.188 | 21.438 |
| **Total** | **19.602** | **50.574** |

### DEBÊNTURES

|  | **Consolidado** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | | | **31/12/2018** | | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| Principal | 23.919 | 200.000 | **223.919** | 247.778 | 15.315 | **263.093** |
| Encargos | 782 |  | **782** |  |  |  |
| Custos da Emissão | (960) | (2.004) | **(2.964)** |  | (296) | **(296)** |
| **Saldo Total** | **23.741** | **197.996** | **221.737** | **247.778** | **15.019** | **262.797** |

Informações sobre as debêntures:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Quantidade em Circulação** | **Taxa Efetiva** | **Condições de Amortização** | **Garantias** |
| **1ª Emissão** | 1.300 | CDI + 6,8% a.a. | Parcelas mensais a partir de junho de 2016. | Recebíveis + Alienação de Imóvel |
| **3ª Emissão** | 200.000 | CDI + 4,0% a.a. | Parcelas mensais a partir de setembro de 2021. | Recebíveis |

Em 15 de maio de 2019, a Companhia liquidou a última parcela referente a Segunda Emissão de Debêntures, realizando, assim, a amortização total do saldo de Emissão, captada a época por R$ 71.000, ao custo anual de 100% do CDI, acrescidos de *spread* de 6,8% a.a..

* 1. **Primeira emissão**

A primeira emissão de debêntures, cujo o valor total foi de R$ 130.000, foi estruturada em 49 parcelas mensais, com prazo de carência de 12 meses, tendo como vencimento final a data de 15 de junho de 2020, com remuneração de 100% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um spread de 6,8% ano. Possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

* 1. **Terceira emissão**

A CEB Distribuição S.A. estruturou sua Terceira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, cujo valor total de Emissão foi de R$ 200.000, tendo como prazo de vencimento 60 meses a contar da sua data de emissão. O Valor Nominal será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 24 meses, contados da data de emissão, com remuneração de 100% da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um spread de 4% ao ano.

Os recursos oriundos da Terceira Emissão de Debêntures foram utilizados para a liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos, das Cédulas de Crédito Bancário nº 601188-0, 601191-0, 601192-0, 601193-0, 601194-0, 601195-0 e 601372-0, emitidas pela Empresa em favor do Banco BOCOM BBM S.A., para alongamento da dívida de curto prazo e, também, para reforço do capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Distribuidora.

* 1. **Movimentação das debêntures**

|  |  |
| --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **262.797** |
| Encargos incorridos | 20.776 |
| Encargos pagos | (19.996) |
| Amortização principal | (39.172) |
| Custo de Transação | (2.668) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **221.737** |

* 1. **Vencimentos**

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

| **Consolidado** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CDI + 6,8% | 8.473 | 31.670 | 65.999 | 115.595 | **221.737** |

* 1. **Garantias**

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

* 1. **Condições restritivas (*Covenants*)**

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias, tais como: circulação de valores para garantia mínima mensal; e aditamento obrigatório, para a 3ª emissão de Debêntures, para atualização das Unidades Consumidoras dadas em garantias.

Em março de 2019, a CEB D recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3º emissão de debêntures, notificando a CEB D por descumprimento das obrigações não pecuniárias, e solicitando o vencimento antecipado da operação.

No segundo trimestre de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em que se pactuou, entre a Companhia e os debenturistas, o pagamento de waiver fee de 1% sobre o saldo das debêntures, no montante de R$ 2.000, relativo às quebras de covenants, e mantendo a operação com o vencimento original. Na mesma Assembleia também ficou acordado entre as partes a renegociação dos índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD) e da dívida líquida sobre o EBITDA. A seguir são apresentadas as condições restritivas e os valores realizados (para o período de 12 meses) das obrigações contratuais em junho de 2019:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Parâmetros** | **30/09/2019** |
| Dívida Líquida/EBTIDA | ≤ 4,5 | 0,38 |
| Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) | ≥ 1,18 (3º trim/19) | 2,78 |

### EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

|  | **Controladora** | **Consolidado** | | **Encargos** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Eletrobrás |  | 200 | 327 | Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM |
| Banco do Brasil S.A (Finame) |  | 251 | 1.017 | 4,5% a.a. + TLP |
| Banco do Brasil S.A (FCO I a IV) |  | 7.811 | 13.529 | Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e com Bônus de Adimplência de 15%, perfazendo 8,5% efetivo a.a. |
| Caixa Econômica Federal |  | 23.267 | 43.626 | 140% do CDI CETIP (durante o período de utilização). |
| Caixa Econômica Federal/BNDES |  | 23.053 | 25.965 | 4,5% a.a + TLP |
| Caixa Econômica Federal/BNDES |  | 4.749 | 9.094 | 4,5% a.a + UMBNDES |
| Caixa Econômica Federal/BNDES |  | 7.297 | 11.192 | 6% a.a |
| Banco BCV |  |  | 991 | 6,5% a.a + CDI CETIP |
| Banco FIBRA |  | 57.435 | 61.514 | 4,5% a.a. + CDI |
| Banco SOFISA |  | 11.762 | 16.760 | 4,5% a.a. + CDI |
| Banco Daycoval |  | 45.942 | 59.748 | 4,0 a.a. + CDI |
| Banco ABC |  | 14.326 | 20.488 | CDI + 5,03% a.a. |
| Banco Original |  | 7.626 | 13.682 | CDI + 5,04% a.a. |
| Banco de Brasília | 28.425 | 28.425 |  | CDI + 2,35% a.a. |
| Custo de Transação |  | (1.201) | (3.670) |  |
| **Total** | **28.425** | **230.943** | **274.263** |  |
| **Circulante** | **26.238** | **141.301** | **86.069** |  |
| **Não Circulante** | **2.187** | **89.642** | **188.194** |  |

Para atendimento aos requisitos e parâmetros mínimos de Sustentabilidade Econômico-Financeira estabelecidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999-ANEEL, a Companhia tinha o dever de aportar na CEB-DIS, até 30 de junho de 2019 o montante de R$ 81.173. Para tanto, a Companhia teve que recorrer a fontes de financiamento para complementar com a obrigação contratual.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, nos valores de R$ 7.600 e R$ 24.600 a serem amortizadas em 15 prestações, por um custo de CDI + 2,35% a.a. e 1% de tarifa de estruturação. As fontes de recursos para a quitação dessa captação serão obtidas pelos recebíveis da sub-rogação do contrato dos direitos creditórios cedidos pela CEB Geração S.A. como forma de quitação dos dividendos referente ao exercício de 2018.

Para a realização dessa captação, a Companhia concedeu como garantias a cessão fiduciária de receita relativa ao contrato de prestação de serviço de iluminação pública e a cessão de direitos creditórios.

* 1. **Perspectivas de Amortizações**

| **Empréstimos** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022+** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ELETROBRÁS | 27 | 113 | 43 | 17 | **200** |
| Banco do Brasil S.A. (FCO II a IV) | 1.351 | 4.218 | 2.242 |  | **7.811** |
| Banco do Brasil S.A.(FINAME) | 251 |  |  |  | **251** |
| Caixa Econômica Federal | 6.025 | 17.242 |  |  | **23.267** |
| Caixa Econômica Federal/BNDES | 1.221 | 4.678 | 4.678 | 12.476 | **23.053** |
| Caixa Econômica Federal/BNDES | 2.519 | 2.230 |  |  | **4.749** |
| Caixa Econômica Federal/BNDES | 1.701 | 5.596 |  |  | **7.297** |
| ABC | 2.104 | 8.333 | 3.889 |  | **14.326** |
| ORIGINAL | 2.626 | 5.000 |  |  | **7.626** |
| FIBRA | 7.435 | 30.000 | 20.000 |  | **57.435** |
| SOFISA | 1.762 | 6.667 | 3.333 |  | **11.762** |
| DAYCOVAL | 5.174 | 20.384 | 20.384 |  | **45.942** |
| Banco de Brasília | 2.187 | 26.238 |  |  | **28.425** |
| **Total** | **34.383** | **130.699** | **54.569** | **12.493** | **232.144** |
| **Custo de Transação** |  |  |  |  | **(1.200)** |
| **Total Líquido** |  |  |  |  | **230.944** |

* 1. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

|  | **Controladora** | **Consolidado** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** |  | **274.263** |
| Captação | 32.200 | 32.200 |
| Encargos Incorridos no Período | 1.228 | 15.861 |
| Custo de Transação | (553) | 1.916 |
| Encargos Financeiros Pagos | (213) | (15.625) |
| Amortizações de Principal | (4.237) | (77.672) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **28.425** | **230.944** |

* 1. ***Covenants* e Garantias**

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e execução de garantias, tais como: inadimplemento; pedido ou decretação de falência; protesto de títulos; liquidação extrajudicial; e alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social.

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

|  |  |
| --- | --- |
| **Instituições** | **Garantias** |
| Banco do Brasil | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| Banco do Brasil | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| Banco do Brasil | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| Banco do Brasil | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| Banco do Brasil | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| Caixa Econômica Federal | GDF (ICMS) - CEB Cessão Fiduciária de Receitas |
| Caixa Econômica Federal | Duplicatas - 100% Recebíveis |
| BCV | Duplicatas - 150% Recebíveis |
| FIBRA | Cessão Fiduciária de Receita |
| FIBRA | Cessão Fiduciária de Receita |
| DAYCOVAL | Cessão Fiduciária de Receita |
| SOFISA | Cessão Fiduciária de Receita |
| BBM-BC | Cessão Fiduciária de Receita |
| ORIGINAL | Cessão Fiduciária de Receita |
| ABC | Cessão Fiduciária de Receita |
| ABC-2 | Cessão Fiduciária de Receita |
| Banco de Brasília | Cessão Fiduciária de Contrato de Cessão de Direitos / Cessão Fiduciária de Receita |

### OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Governo do Distrito Federal | 583 | 583 | 583 | 583 |
| Eletrobrás |  |  |  | 5.620 |
| Partes Beneficiárias (Eletrobrás) |  |  | 11.285 | 5.239 |
| Outros Acionistas | 5.234 | 5.302 | 5.234 | 5.302 |
| **Total** | **5.817** | **5.885** | **17.102** | **16.744** |
| **Circulante** | **5.817** | **5.885** | **17.102** | **16.744** |

A Companhia recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de  R$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Disrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de préexecutividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

### OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
|  | **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Provisão de Férias | 207 | 201 | 12.066 | 12.317 |
| Provisão de 13º Salário | 144 |  | 6.393 |  |
| Encargos Sobre Provisões |  |  | 4.895 | 4.475 |
| Abono Assiduidade |  |  | 3.052 | 3.451 |
| Participação nos Lucros |  |  | 56 | 4.064 |
| Outros |  |  | 1.940 | 1.676 |
| **Total** | **351** | **201** | **28.402** | **25.983** |
| **Circulante** | **351** | **201** | **28.402** | **25.983** |

### BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

* 1. **Planos de benefícios**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Plano de Previdência | 413.474 | 207.140 |
| Plano de Assistência | 952 | 950 |
| **Total** | **414.426** | **208.090** |
| Circulante | 2.117 | 3.745 |
| Não Circulante | 412.309 | 204.345 |

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

| **Planos** | **Benefícios** | **Classificação** | **Patrocinadora** |
| --- | --- | --- | --- |
| Plano Complementar de Benefícios Previdenciários | Aposentadoria e Pensão | Benefício Definido | CEB D |
| Plano de Benefícios CEBPREV | Aposentadoria e Pensão | Contribuição Definida | Multipatrocinado |
| Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017) | Assistência Médica | Contribuição Definida | Multipatrocinado |
| Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017) | Assistência Médica | Contribuição Definida | Multipatrocinado |
| Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017) | Assistência Médica | Contribuição Definida | Multipatrocinado |

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

* Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
* Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
* Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculadas com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial; informações posicionadas em 31 de agosto de 2019; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de agosto de 2019.

* 1. **Premissas atuariais**

|  | **Plano Complementar** | |
| --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| **Financeira** |  |  |
| Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação | 2,76% | 5,04% |
| Taxa nominal de crescimento anual dos salários | 3,91% | 4,24% |
| Taxa nominal de crescimento dos benefícios do Plano | 3,91% | 4,24% |
| Taxa anual da Inflação futura | 3,91% | 4,24% |
| Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do Plano | 6,78% | 9,49% |
| **Demográficas** |  |  |
| Taxa de rotatividade | 0,00% | 0,00% |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos | AT-2000 M&F | AT-2000 masculina |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos | AT-2000 M&F | AT-2000 masculina |
| Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos | Winklevoss | Winklevoss |
| Tábua de entrada em invalidez | TASA-1927 | TASA-1927 |
| Tábua de morbidez | Não usada | Não usada |
| Idade de aposentadoria | Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano | Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano |

* 1. **Plano previdenciário**

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **Plano Previdenciário** |
| **Valor Justo dos Ativos dos Planos** | |
| **Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2018** | **1.466.683** |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 103.272 |
| Ganhos/(Perdas) atuariais | 211.300 |
| Contribuições do Patrocinador | 4.914 |
| Contribuições do participante do Plano | 3.397 |
| Benefícios pagos pelo plano | (73.058) |
| **Valor justo dos ativos do Plano em 30 de setembro de 2019** | **1.716.508** |
| **Valor presente das Obrigações atuariais** | |
| **Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2018** | **(1.673.822)** |
| Custo do serviço corrente | **(9.452)** |
| Custo dos juros | **(123.000)** |
| Ganhos/(Perdas) atuariais | **(396.767)** |
| Benefícios pagos pelo plano | **73.059** |
| **Valor presente da obrigação atuarial em 30 de setembro de 2019** | **(2.129.982)** |

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R$ 2.129.982, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R$ 1.716.507 resultou em um déficit de R$ 413.474, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial.

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Plano Previdenciário** |
| **(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2018** | **(207.140)** |
| Contribuições aportadas no plano | 4.913 |
| Amortização de (ganhos)/perdas atuariais | (185.465) |
| Despesas do período | (25.782) |
| **(Passivo)/Ativo reconhecido em 30 de setembro de 2019** | **(413.474)** |

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, tendo apresentado, em 30 de setembro de 2019, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 30 de junho de 2019 se deve, principalmente à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou um aumento da obrigação atuarial em R$ 120.270, que representa 5,65% da referida obrigação atuarial em 30 de setembro de 2019.

A Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelece que o déficit atuarial em planos de previdência de entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) são equacionados na proporção das contribuições normais vigentes atribuíveis aos patrocinadores, participantes e assistidos.

Está em andamento a elaboração de uma estratégia previdencial, referente aos planos administrados pela FACEB, que consiste em propostas de alterações para os Regulamentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB – Plano BD (CNPB: 1993.0004-29) e do Plano de Benefícios CEBPREV (CNPB: 2006.0068-11), envolvendo operação de migração voluntária e proposta de criação de plano de benefícios estruturado na modalidade de Benefício Definido, saldado e fechado a novas adesões, o qual apenas admitirá o ingresso via migrações, denominado Plano FACEB-SALDADO.

Cumpre ressaltar que o processo da estratégia previdencial foi apreciado e aprovado pelos órgãos estatutários da FACEB, da CEB D e pelo Governo do Distrito Federal. O protocolo do dossiê da referida estratégia foi realizado em dezembro de 2018 na PREVIC.

Em março de 2019, aquela Autarquia encaminhou para a FACEB o Parecer nº 123/2019/CTR/CGTR/DILIC contendo exigências referentes ao processo. A fim de garantir tempo hábil para o trâmite do assunto em testilha no âmbito da Fundação, da CEB DIS e do Governo local, a FACEB requereu a 2ª prorrogação de prazo à Previc em setembro de 2019, cujo o prazo máximo para resposta às exigências se estendeu para dezembro de 2019. Atualmente o processo está no âmbito da Companhia e do Governo do Distrito Federal para as devidas aprovações.

No contexto regulatório (PREVIC), a proporção contributiva da CEB D, quanto ao saldamento do Plano BD, na condição de migração em 100% dos Participantes e Assistidos, equivale a 36,16% do total do deficit atuarial registrado na Fundação, representando o valor de R$ 105,6 milhões, considerando o ajuste de precificação dos investimentos da FACEB relativo ao Plano BD.

* 1. **Equacionamentos**

De acordo com os estudos atuariais preparados pela FACEB, referente ao exercício de 2016 e 2017 respaldados por Pareceres Atuariais da MERCER GAMA, o deficit mínimo a equacionar pela patrocinadora, participantes e assistidos foi de R$ 33,2 milhões, R$ 25,6 milhões, respectivamente.

O referido resultado motivou a realização de contratos de Equacionamentos de Deficits de 2016 e 2017, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Período** | **Valor Patrocinadora** | **Parcela** | **Prazo de amortização** | **Início do pagamento** | **Juros(%)** | **Correção monetária** | **Sistema de amortização** |
| 2016 | 11.423 | 83 | 216,9 meses | fev/18 | 5,7 | INPC/IBGE | Price |
| 2017 | 8.194 | 61 | 209 meses | fev/19 | 5,7 | INPC/IBGE | Price |

Tais passivos estão sendo rigorosamente amortizados nos prazos contratuais.

De acordo com a legislação regulatória (Previc), o saldo a ser equacionado pela patrocinadora relativo ao exercício de 2018 deverá ser iniciado até fevereiro de 2020.

* 1. **Plano assistencial**

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a CEB D não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

### PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

* 1. **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados**

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Regulatórias |  |  | 36.885 | 34.168 |
| Trabalhistas |  |  | 17.592 | 11.936 |
| Fiscais |  | 1 |  | 1 |
| Cíveis | 100 |  | 6.726 | 4.667 |
| **Total** | **100** | **1** | **61.203** | **50.772** |
| **Circulante** | **100** |  | **10.507** | **6.478** |
| **Não Circulante** |  | **1** | **50.696** | **44.294** |

* 1. **Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

|  | **Controladora** | | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cível** | **Fiscais** | **Total** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **95** | **1** | **96** |
| Reversão de Provisão | (95) |  | (95) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** |  | **1** | **1** |
| Constituições de Provisão | 100 |  | 100 |
| Reversão de Provisão |  | (1) | (1) |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **100** |  | **100** |

|  | **Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Trabalhista** | **Cíveis** | **Fiscais** | **Regulatórias** | **Total** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2017** | **5.220** | **4.419** | **1** | **69.539** | **79.179** |
| Constituições de Provisão | 6.395 | 1.973 |  | 5.242 | 13.610 |
| Baixa/Reversão de Provisão | (388) | (2.158) |  | (43.327) | (45.873) |
| Atualização Monetária | 709 | 433 |  | 2.714 | 3.856 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **11.936** | **4.667** | **1** | **34.168** | **50.772** |
| Constituições de Provisão | 6.311 | 3.196 |  | 1.200 | 10.806 |
| Baixa / Reversão de Provisão | (1.123) | (1.251) | (1) |  | (2.375) |
| Atualização Monetária | 468 | 114 |  | 1.518 | 2.100 |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019** | **17.592** | **6.726** |  | **36.885** | **61.203** |
| **Circulante** | | | | | **10.507** |
| **Não Circulante** | | | | | **50.696** |

**(i) Demandas trabalhistas**

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

**(ii) Demandas cíveis**

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

**(iii) Demandas regulatórias**

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**(iv) Demandas fiscais**

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

* 1. **Passivo Contingente – Risco possível**

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2019, está reproduzido no quadro seguinte:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Fiscais | 126.747 | 124.593 | 126.747 | 124.593 |
| Cíveis |  |  | 1.227 | 2.373 |
| Trabalhistas |  |  | 2.502 | 1.227 |
| **Total** | **126.747** | **124.593** | **130.476** | **128.193** |

* 1. **Ativo Contingente – Risco Provável**

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos em 30 de setembro de 2019, estão reproduzidos no quadro seguinte:

|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Fiscais | 200 | 200 | 200 | 200 |
| Cíveis | 2.501 | 1.931 | 25.278 | 25.811 |
| **Total** | **2.701** | **2.131** | **25.478** | **26.011** |

### OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO de distribuição

|  | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| Uso do Bem Público | 150 | 150 |
| Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados | 1.092 | 3.250 |
| **Total** | **1.242** | **3.400** |
| **Não Circulante** | **1.242** | **3.400** |

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

* 1. **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 566.025 (Em 31 de dezembro de 2018 – R$ 566.025). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

| **Capital Total em Ações** | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Ações Ordinárias** | **7.184.178** | **7.184.178** |
| **Ações Preferenciais** | **7.232.205** | **7.232.205** |
| Classe A | 1.313.002 | 1.313.002 |
| Classe B | 5.919.203 | 5.919.203 |
| **Total** | **14.416.383** | **14.416.383** |
| **Valor Patrimonial por Ação:** |  |  |
| Patrimônio Líquido | 448.596 | 587.113 |
| **Quantidade de Ações** | **14.416.383** | **14.416.383** |
| **Valor Patrimonial por Ação – Em (R$)** | **31,12** | **40,72** |

* 1. **Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

|  | **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| --- | --- | --- |
| Custo Atribuído do Ativo Imobilizado | 187.869 | 187.869 |
| Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A. | 19.892 | 19.892 |
| Perdas Atuarial – Plano de Previdência | (413.142) | (205.350) |
| **Total** | **(205.381)** | **2.411** |

* + 1. **Custo atribuído (*Deemed Cost*)**

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R$ 489, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 30 de setembro de 2019 é demonstrado conforme quadro seguir:

| **Terrenos** | **Controladora / Consolidado** |
| --- | --- |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2008** | **1.442** |
| Ajustes por Adoção do Custo Atribuído | 295.744 |
| **Saldo em 1º de janeiro de 2009** | **297.186** |
| Alienação de Terreno – Exercício de 2009 | (11.099) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto** | **286.087** |
|  |  |
| Alienação de Terreno – Exercício de 2018 | (1.437) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **284.650** |
| Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%) | (96.781) |
|  |  |
| **Saldo em 30 de setembro de 2019 – Líquido do Efeito Fiscal** | **187.869** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018 – Líquido do Efeito Fiscal** | **187.869** |

* + 1. **Perdas atuariais – Planos assistencial e previdenciário**

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

* 1. **Reserva de Lucros**
     1. **Reserva Legal**

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

* + 1. **Reserva para expansão dos negócios sociais**

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não ditribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

* 1. **Resultado do período**

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apurou um lucro líquido de R$ 69.426 (prejuízo de R$ 30.323 em 30 de setembro de 2018).

### CONTAS DO RESULTADO

* 1. **Receita operacional líquida**

|  | **Períodos de três meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Fornecimento de Energia Elétrica |  |  | 984.475 | 982.840 |
| Energia de Curto Prazo **(a)** |  |  | 105.740 | 59.322 |
| Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros **(b)** |  |  | (22.168) | (15.146) |
| Receita de Construção **(c)** |  |  | 7.838 | 17.552 |
| Aporte de Recursos da CDE |  |  | 12.561 | 48.720 |
| Receita de Prestação de Serviços | 21.423 | 28.520 | 21.740 | 28.947 |
| Suprimento de Energia |  |  | 8.167 | 8.756 |
| Disponibilidade do Sistema de Distribuição |  |  | 13.798 | 7.826 |
| Arrendamento e Aluguéis |  |  | 8.239 | 7.944 |
| Receita de Venda de Gás |  |  | 1.660 | 1.384 |
| Outras Receitas |  |  | 384 | 637 |
| **Receita Operacional Bruta** | **21.423** | **28.520** | **1.142.434** | **1.148.782** |
| Impostos | (428) | (572) | (194.818) | (191.467) |
| Contribuições | (1.981) | (2.637) | (134.743) | (89.091) |
| Encargos do Consumidor | (14) |  | (135.774) | (129.794) |
| **Deduções da Receita Operacional Bruta** | **(2.423)** | **(3.209)** | **(465.335)** | **(410.352)** |
| **Receita Operacional Líquida** | **19.000** | **25.311** | **677.099** | **738.430** |

|  | **Períodos de nove meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Fornecimento de Energia Elétrica |  |  | 2.938.975 | 2.603.378 |
| Energia de Curto Prazo **(a)** |  |  | 266.780 | 102.718 |
| Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros **(b)** |  |  | (164.888) | 74.875 |
| Receita de Construção **(c)** |  |  | 30.222 | 63.916 |
| Aporte de Recursos da CDE |  |  | 37.669 | 76.124 |
| Receita de Prestação de Serviços | 43.121 | 50.142 | 44.347 | 51.706 |
| Suprimento de Energia |  |  | 18.823 | 26.502 |
| Disponibilidade do Sistema de Distribuição |  |  | 37.534 | 23.854 |
| Arrendamento e Aluguéis |  |  | 24.806 | 25.448 |
| Receita de Venda de Gás |  |  | 5.240 | 3.595 |
| Outras Receitas |  |  | 9.615 | 1.481 |
| **Receita Operacional Bruta** | **43.121** | **50.142** | **3.249.123** | **3.053.597** |
| Impostos | (862) | (1.004) | (587.054) | (520.318) |
| Contribuições | (3.988) | (4.637) | (297.523) | (233.003) |
| Encargos do Consumidor | (27) |  | (378.066) | (343.370) |
| **Deduções da Receita Operacional Bruta** | **(4.877)** | **(5.641)** | **(1.262.643)** | **(1.096.691)** |
| **Receita Operacional Líquida** | **38.244** | **44.501** | **1.986.480** | **1.956.906** |

(a) A Energia Elétrica de Curto Prazo variou 146% em 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre, principalmente, do nível de sobras de energia elétrica ocorrido em 2019 (1.311 GWh), superior ao realizado em 2018 (352 GWh), vinculado, especialmente, aos efeitos das descontratações via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD EN.

(b) O efeito da variação negativa de 485%, quando comparado os períodos de nove de 2019 e 2018, refere-se à constituição de Ativos ou Passivos financeiros em montante inferior ao ciclo 2017/2018, devido, principalmente, ao encerramento da cobrança do Encargo Setorial - CDE Energia, criada pelo Decreto nº 7.891/2013, finalizado em março de 2019. Outro fator que contribuiu para essa variação foi a amortização dos ativos financeiros setoriais de 2018/2019 superior à amortização ciclo tarifário anterior.

(c) Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Neste segundo trimestre de 2019, as adições no imobilizado em curso foram menores que as realizadas no ano anterior.

* + 1. **Sobrecontratação**

O Repasse de Sobrecontratação de energia elétrica é constituída pela diferença entre o montante contratual da distribuidora e o consumo de energia acrescidas das perdas regulatórias.

A valoração da sobrecontratação advém da diferença da Tarifa Média de Cobertura e o Preço de Liquidação das Diferenças calculadas – PLD da CCEE. Ainda, conforme as regras regulatórias, é realizado ajustes de sobrecontratação e Exposição ao Mercado de Curto Prazo, aplicando-se a diferença entre os Preços Médios realizados e o PLD.

No reajuste tarifário de 2019, a Agência Reguladora considerou nas tarifas o componente financeiro da sobrecontratação perfazendo o montante de menos R$ 16,83 milhões. Ressalta-se que no presente processo, foi considerado integralmente as sobras de energia de modo provisório. No entando, os valores acima de R$ 105% estão sendo registrados como componente financeiro em conjunto com a CVA até que haja a definição da ANEEL.

Tal fato encontra-se pendente e em fase de estudos na Agência Reguladora. A Sobrecontração de Energia e Exposição ao Mercado de Curto Prazo foi calculado aplicando-se a metodologia presente no Submódulo 4.3 do PRORET.

* + 1. **Mecanismos de Vendas de Excedentes – MVE**

A participação no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE deve obedecer aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, a qual estabelece que poderão participar como vendedores os agentes de distribuição que declararem sobras contratuais de energia elétrica.

O processamento do MVE ocorrerá anualmente, semestralmente e trimestralmente, estando o montante total de energia elétrica declarado pelo agente de distribuição limitado a 15% da sua respectiva carga no centro de gravidade, apurada nos 12 meses anteriores de dados disponíveis (montante divulgado pela CCEE). Nesse sentido, a CEB-D vendeu 73,9 MWmédios no mecanismo semestral, com validade de julho a dezembro de 2019, na modalidade de Energia Convencional Especial ao preço de “PLD + Spread”.

* 1. **Custo com serviço de energia elétrica**

|  | **Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Períodos de três meses findos em:** | | **Períodos de nove meses findos em:** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda | (409.374) | (505.703) | (1.116.285) | (1.087.632) |
| Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo | (27.017) | (39.849) | (34.454) | (96.563) |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | (79.196) | (44.259) | (215.996) | (235.639) |
| Amortização do Risco Hidrológico | (557) | (555) | (1.664) | (1.662) |
| **Total** | **(516.144)** | **(590.366)** | **(1.368.399)** | **(1.421.496)** |

O Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou uma retração de 0,87%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, tendo em vista os seguintes reflexos: a) ressarcimento em razão do nível de descontratação via MCSD de 2019 estar abaixo de 2018; b) reajustes da atualização dos contratos de energia elétrica; c) efeito do Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD; e d) redução da tarifa de MUST (Montante do Uso do Sistema de Transmissão) a partir de julho de 2018.

* 1. **Custos e despesas operacionais por natureza**

|  | **Períodos de três meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Pessoal e Administradores | (4.237) | (3.353) | (56.122) | (52.319) |
| Serviço de Terceiros | (12.187) | (15.793) | (42.371) | (48.621) |
| Custo de Construção – Concessão |  |  | (7.838) | (17.552) |
| Depreciação e Amortização | (274) | (258) | (14.609) | (14.205) |
| (Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa **(a)** | 1.493 | 45 | (19.281) | (42.892) |
| Arrendamento |  |  | (9.026) | (6.906) |
| Material | (2.605) | (4.008) | (3.146) | (4.410) |
| Outras Despesas | (167) | (61) | 25.355 | 17.039 |
| **Total** | **(17.971)** | **(23.428)** | **(127.038)** | **(169.866)** |
| **Classificados como:** |  |  |  |  |
| **Custo da Operação** |  |  | **(69.726)** | **(70.583)** |
| **Custo dos Serviços Prestados** | **(14.503)** | **(19.754)** | **(15.313)** | **(21.353)** |
| **Despesas com Vendas** | **1.393** | **45** | **(5.145)** | **(35.421)** |
| **Despesas Gerais e Administrativas** | **(4.866)** | **(3.719)** | **(36.854)** | **(42.509)** |

|  | **Períodos de nove meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Pessoal e Administradores | (12.171) | (10.196) | (163.775) | (152.230) |
| Serviço de Terceiros | (24.938) | (33.266) | (118.916) | (131.702) |
| Custo de Construção – Concessão |  |  | (30.222) | (63.916) |
| Depreciação e Amortização | (840) | (559) | (43.804) | (42.424) |
| (Perda) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa **(a)** | (2.916) | 5.983 | (114.429) | (80.224) |
| Arrendamento |  |  | (27.079) | (20.717) |
| Material | (6.628) | (4.848) | (8.019) | (6.029) |
| Outras Despesas | (369) | (231) | 41.051 | 7.869 |
| **Total** | **(47.862)** | **(43.117)** | **(465.193)** | **(489.373)** |
| **Classificados como:** |  |  |  |  |
| **Custo da Operação** |  |  | **(211.674)** | **(223.537)** |
| **Custo dos Serviços Prestados** | **(31.820)** | **(35.965)** | **(34.244)** | **(41.129)** |
| **Despesas com Vendas** | **(3.015)** | **5.983** | **(103.471)** | **(94.857)** |
| **Despesas Gerais e Administrativas** | **(13.026)** | **(13.135)** | **(115.804)** | **(129.850)** |

(a) A variação percebida no período, refere-se ao aumento da Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, haja vista a mudança de critério, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48, bem como ao reflexo da inadimplência apurada em 2019, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Em 19 de agosto de 2019, a CEB DIS implantou o programa “Recupera” para pagamentos ou parcelamentos de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2018, com isenção de encargos moratórios, com o objetivo de reduzir a inadimplência de longa data. Até 30 de setembro de 2019 o referido programa totalizou R$ 48,7 milhões em negociações.

* 1. **Outras receitas/(despesas) operacionais**

|  | **Períodos de três meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Outras Receitas Operacionais** |  |  |  |  |
| Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego |  |  | 4.579 | 2.828 |
| Recuperação de Créditos Baixados por Perdas |  |  | 589 | 16.778 |
| Reversão de Provisão de Participação nos Lucros |  |  |  |  |
| Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios |  | 2.539 | 79 | 440 |
| Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR |  |  | 473 | 2.151 |
| Tributos Sobre Outras Receitas |  |  | 378 | 2.533 |
| Ganho na Baixa de Bens |  |  | (103) |  |
| Outras Receitas | 120 | 1.680 | 474 | 4.481 |
| **Subtotal** | **120** | **4.219** | **6.469** | **29.211** |
| **Outras Despesas Operacionais** |  |  |  |  |
| Provisão de Benefícios Pós-Emprego |  |  | (4.663) | (2.787) |
| Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios | (100) |  | (1.032) | (4.274) |
| Compensação por Descontinuidade de Energia |  |  |  | (481) |
| Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais |  |  | (246) | (497) |
| PIS/COFINS consumidores a restituir **(a)** |  |  | 29.730 |  |
| Outras Despesas |  |  | 5.459 | (24.973) |
| **Subtotal** | **(100)** |  | **29.248** | **(33.012)** |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas** | **20** | **4.219** | **35.717** | **(3.801)** |

|  | **Períodos de nove meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Outras Receitas Operacionais** |  |  |  |  |
| Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego |  |  | 11.482 | 11.241 |
| Recuperação de Créditos Baixados por Perdas |  |  | 675 | 43.503 |
| Provisão / (Reversão) de Provisão de Participação nos Lucros |  |  | (1.391) | (8.943) |
| Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios | 1 | 2.539 | 5.705 | 9.754 |
| Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR |  |  | 4.768 | 4.644 |
| Tributos Sobre Outras Receitas |  |  | 475 | 1.842 |
| Ganho (Perdas) na Baixa de Bens | 42 |  | (385) |  |
| Outras Receitas | 133 | 1.680 |  | 4.908 |
| **Subtotal** | **176** | **4.219** | **21.329** | **66.949** |
| **Outras Despesas Operacionais** |  |  |  |  |
| Provisão de Benefícios Pós-Emprego |  |  | (12.059) | (11.569) |
| Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios | (100) |  | (9.359) | (9.777) |
| Compensação por Descontinuidade de Energia |  |  |  | (5.923) |
| Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais |  |  | (1.299) | (2.628) |
| PIS/COFINS consumidores a restituir **(a)** |  |  |  |  |
| Outras Despesas |  |  | 8.960 | (24.977) |
| **Subtotal** | **(100)** |  | **(13.757)** | **(54.874)** |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas** | **76** | **4.219** | **7.572** | **12.075** |

(a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada em 15 de março de 2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 12 de junho de 2017, a CEB Distribuição S.A, motivada pela decisão do STF, iniciou ação judicial vinculada ao processo nº 1004984-34.2017.4.01.3400, com petição abordando o pleito de reconhecimento do direito de compensação por tributo, com tributos recolhidos indevidamente com débitos vencidos e vincendos das contribuições para o PIS e para a COFINS, ou com débitos próprios de quaisquer outros tributos ou contribuições.

Com liminar de tutela de urgência deferida em 22 de setembro de 2017, a CEB DIS adquiriu também o direito de não mais incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, com adoção de prática a partir das apurações de outubro de 2017. Em janeiro de 2019, com fulcro na Nota Técnica Conjunta – 001/2019 – SCT/SRG, a CEB DIS, conforme Resolução de Diretoria nº 005/2019, concluiu por aguardar o julgamento definitivo da ação, que só ocorrerá com o trânsito em julgado da sentença, para então repassar a redução das alíquotas efetivas do PIS/COFINS ao consumidor.

Nesse trimestre a Companhia reclassificou essa conta para o grupo de receitas operacionais.

* 1. **RESULTADO FINANCEIRO**

|  | **Períodos de três meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Receitas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos | 1.021 | 482 | 9.743 | 8.932 |
| Atualização Monetária – Ativos Regulatórios |  |  | 7.118 | 17.463 |
| Acréscimos Moratórios em Conta de Energia |  |  | 15.752 | 5.755 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 167 | 182 | 2.556 | 3.019 |
| Multas e Penalidades Aplicadas |  |  | 141 | 644 |
| Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | 1.288 | (265) | 1.288 | (265) |
| Outras Receitas Financeiras |  | 73 | 24 | 851 |
| Tributos Sobre Receitas Financeiras | (55) | (34) | (1.331) | (848) |
| **Subtotal** | **2.421** | **438** | **35.291** | **35.551** |
| **Despesas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos | (229) | (2) | (7.587) | (7.378) |
| Encargos de Dívidas | (675) |  | (11.498) | (12.201) |
| Atualização Monetária – Passivos Regulatórios |  |  | (9.351) | (33.739) |
| Juros e multa por atraso de pagamento **(a)** |  |  |  |  |
| Outras Despesas Financeiras | (4) | (26) | (7.938) | (11.755) |
| **Subtotal** | **(908)** | **(28)** | **(36.374)** | **(65.073)** |
| Variação Cambial Líquida **(b)** |  |  | (1.704) | (7.388) |
| **Resultado Financeiro** | **1.513** | **410** | **(2.785)** | **(36.910)** |

|  | **Períodos de nove meses findos em:** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Receitas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos **(a)** | 3.970 | 1.301 | 21.832 | 16.928 |
| Atualização Monetária – Ativos Regulatórios |  |  | 21.707 | 28.372 |
| Acréscimos Moratórios em Conta de Energia |  |  | 29.061 | 20.034 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 738 | 419 | 6.755 | 5.105 |
| Multas e Penalidades Aplicadas |  |  | 480 | 894 |
| Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | 4.579 |  | 4.602 | 19 |
| Outras Receitas Financeiras |  | 73 | (42) | 1.087 |
| Tributos Sobre Receitas Financeiras | (219) | (83) | (2.786) | (1.955) |
| **Subtotal** | **9.068** | **1.710** | **81.609** | **70.484** |
| **Despesas Financeiras** |  |  |  |  |
| Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos | (237) | (44) | (34.444) | (15.331) |
| Encargos de Dívidas | (675) |  | (36.597) | (37.329) |
| Atualização de Benefício Pós-Emprego |  |  | (564) |  |
| Atualização Monetária – Passivos Regulatórios |  |  | (24.694) | (49.537) |
| Juros e multa por atraso de pagamento **(b)** |  |  | (16.668) |  |
| Outras Despesas Financeiras | (813) | (142) | (18.555) | (26.190) |
| **Subtotal** | **(1.725)** | **(186)** | **(131.522)** | **(128.387)** |
| Variação Cambial Líquida **(c)** |  |  | **(2.168)** | **(22.480)** |
| **Resultado Financeiro** | **7.343** | **1.524** | **(52.081)** | **(80.383)** |

**(a)** Reflexo das ações adotadas pela Companhia para redução da inadimplência e melhora na performance operacional da empresa, com a intensificação das suspensões dos fornecimentos aos consumidores inadimplentes e o programa de recuperação de receita – RECUPERA, o qual foi criado para incentivar a recuperação de créditos com vencimentos anteriores a 31 de dezembro de 2018.

**(b)** A variação é decorrente, principalmente, em função de multas e penalidades aplicadas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ, relativas ao não repasse do ICMS, das competências de dezembro de 2018, bem como de janeiro e fevereiro de 2019.

**(c)** A despesa financeira relativa à variação cambial sobre faturas de energia elétrica nos seis primeiros meses de 2018, equivalente a R$ 15.101 foi determinada pela inadimplência no pagamento das faturas do 2º trimestre de 2018, acrescido da forte tendência de alta da cotação do dólar, que passou de R$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) em março de 2018 para R$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) em junho de 2018. Com o parcelamento das referidas faturas em atraso e a relativa estabilização da moeda estrangeira frente ao real (R$ 3,85 – três reais e oitenta e cinco centavos - em junho de 2019), foi auferida, no decorrer do presente exercício, despesa com variação cambial significativamente inferior quando comparado com o ano anterior.

### LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

* 1. **Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

* 1. **Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

|  | **Período de três meses findos em:** | | **Período de nove meses findos em:** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia** | **40.132** | **(42.067)** | **69.426** | **(30.323)** |
|  |  |  |  |  |
| Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 19.044 | (19.962) | 32.945 | (14.389) |
| Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 21.088 | (22.105) | 36.481 | (15.934) |
|  |  |  |  |  |
| **Média Ponderada das Ações em Circulação** |  |  |  |  |
| Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 7.184 | 7.184 | 7.184 | 7.184 |
| Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 7.232 | 7.232 | 7.232 | 7.232 |
|  |  |  |  |  |
| **Lucro / (Prejuízo) por Ação – R$:** |  |  |  |  |
| Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas | 2,6509 | (2,7787) | 4.5858 | (2,0030) |
| Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas | 2,9160 | (3,0566) | 5,0444 | (2,2033) |

### TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

* 1. **Controladora final**

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

* 1. **Remuneração do pessoal-chave da administração**

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| Remuneração | 2.860 | 1.696 | 7.128 | 5.710 |
| Demais Benefícios de Curto Prazo | 72 | 578 | 232 | 1.110 |
| **Total** | **2.932** | **2.274** | **7.360** | **6.820** |

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

* 1. **Transações com partes relacionadas**

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

* + 1. **Operações da controladora com suas controladas**

| **Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)** | **Notas** | **Controladora** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| **Ativo** |  | **31.601** | **64.527** |
| **Contas a Receber, Líquido da PECLD** |  | **18.185** | **26.994** |
| Governo do Distrito Federal | **a** | 18.185 | 26.994 |
| **Demais Ativos** |  | **13.881** | **37.533** |
| **Dividendos/JSCP** | **b** |  | **24.118** |
| CEB Lajeado S.A. |  |  | 7.130 |
| CEB Geração S.A. |  |  | 10.002 |
| CEB Participações S.A. |  |  | 3.945 |
| Corumbá Concessões S.A. |  |  | 1.718 |
| Energética Corumbá III S.A. |  |  | 1.323 |
| **Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)** |  | **13.415** | **13.414** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 13.415 | 13.414 |
| **Outras Operações** |  | **1** | **1** |
| CEB Distribuição S.A. |  | 1 | 1 |
| **Passivo** |  | **29.008** | **645** |
| **Empréstimos e Financiamentos** | **c** | **28.425** |  |
| Banco de Brasília |  | 28.425 |  |
| **Dividendos** | **d** | **583** | **583** |
| Governo do Distrito Federal |  | 583 | 583 |
| **Demais Obrigações** |  |  | **62** |
| CEB Distribuição S.A. | **e** |  | 62 |

|  | **Notas** | **Controladora** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Receitas** |  | **39.410** | **45.743** |
| **Receita de Prestação de Serviços** | **f** | **38.246** | **44.501** |
| Governo do Distrito Federal |  | 38.246 | 44.501 |
| **Encargos de Mútuo** | **g** | **1.164** | **1.242** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 1.164 | 1.242 |
| **Despesas** |  | **(11.742)** | **(12.375)** |
| **(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquidas** | **h** | **(2.916)** | **(3.923)** |
| Governo do Distrito Federal |  | (2.916) | (3.923) |
| **Pessoal Requisitado** | **e** | **(8.836)** | **(8.452)** |
| CEB Distribuição S.A. |  | (8.836) | (8.452) |

**a)** Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação púbica ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

**b)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

**c)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

**d)** Em 30 de junho de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

**e)** A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

**f)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

**g)** Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

**h)** Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

* + 1. **Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas**

| **Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)** | **Notas** | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **31/12/2018** |
| **Ativo** |  | **82.291** | **116.915** |
| **Contas a Receber, Líquida da PECLD** |  | **68.875** | **95.822** |
| Corumbá Concessões S.A. | **a** | 420 | 416 |
| Energética Corumbá III S.A. | **a** | 103 | 102 |
| Governo do Distrito Federal | **b** | 68.352 | 95.304 |
| **Demais Ativos** |  | **13.416** | **21.093** |
| **Dividendos/JSCP** | **c** |  | **7.142** |
| Corumbá Concessões S.A. |  |  | 1.718 |
| Energética Corumbá III S.A. |  |  | 1.323 |
| Investco S.A. |  |  | 4.101 |
| **Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)** |  | **13.415** | **13.950** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 13.415 | 13.950 |
| **Outras Operações** |  | **1** | **1** |
| Governo do Distrito Federal |  | 1 | 1 |
|  |  |  |  |
| **Passivo** |  | **108.056** | **139.411** |
| **Fornecedores** | **d** | **19.881** | **25.998** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 15.247 | 18.240 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 4.634 | 7.758 |
| **Contribuição de Iluminação Pública** | **e** | **55.852** | **110.294** |
| Governo do Distrito Federal |  | 55.852 | 110.294 |
| **Empréstimos e Financiamentos** | **f** | **28.425** |  |
| Banco de Brasília |  | 28.425 |  |
| **Dividendos** | **g** | **583** | **583** |
| Governo do Distrito Federal |  | 583 | 583 |
| **Arrendamento a Pagar** |  | **3.315** | **2.536** |
| Investco S.A. |  | 3.315 | 2.536 |

|  | **Notas** | **Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Receitas** |  | **425.142** | **339.627** |
| **Receita de Comercialização de Energia** |  | **4.921** | **4.111** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 3.787 | 3.304 |
| Energética Corumbá III S.A. |  | 1.134 | 807 |
| **Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica** | **h** | **414.484** | **334.274** |
| Governo do Distrito Federal |  | 414.484 | 334.274 |
| **Receita pela Arrecadação da CIP** |  | **4.551** |  |
| Governo do Distrito Federal |  | 4.551 |  |
| **Encargos de Mútuo** |  | **1.186** | **1.242** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | 1.186 | 1.242 |
| **Despesas** |  | **(236.895)** | **(208.284)** |
| **Energia Comprada para Revenda** | **i** | **(188.548)** | **(159.810)** |
| Corumbá Concessões S.A. |  | (152.453) | (128.088) |
| Energética Corumbá III S.A. |  | (36.095) | (31.722) |
| **(Estimativa)/Reversão de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa** | **j** | **(48.347)** | **(48.474)** |
| Governo do Distrito Federal |  | (48.347) | (48.474) |

**a)** As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

**b)** Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

**c)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

**d)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

**e)** A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF a partir da sua arrecadação;

**f)** Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

**g)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

**h)** Representa a receita decorrente do fornecimento de energia, prestação de serviços pela arrecadação da CIP e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

**i)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e

**j)** Representam as provisões/reversões das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF (vencidos há mais de 90 dias), cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

### CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Controladora** | | **Consolidado** | |
| **30/09/2019** | **30/09/2018** | **30/09/2019** | **30/09/2018** |
| **Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | **68.042** | **(31.416)** | **123.721** | **(736)** |
| **Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período** |  |  |  |  |
| Depreciação e Amortização | 840 | 559 | 43.804 | 44.424 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (70.240) | 38.543 | (15.342) | (21.535) |
| Receita de Construção |  |  | (30.222) | (63.916) |
| Custo de Construção - Concessão |  |  | 30.222 | 63.916 |
| Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa | 2.916 | (5.983) | 114.429 | 80.224 |
| Encargos da Dívida |  |  |  | 37.329 |
| Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável |  |  | (4.768) | (1.826) |
| Atualização Monetária – Mútuo | (1.164) | (1.301) | (1.186) | (1.326) |
| Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública |  |  | 845 |  |
| Custo de Transação com Empréstimos | 553 |  | (1.363) | (873) |
| Provisões/Reversões e atualização de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais | 100 | (2.538) | 3.053 | (9.754) |
| Dividendos Recebidos – Custo | (3.670) | (1.361) | (3.670) | (1.361) |
|  | **(70.665)** | **27.919** | **135.802** | **123.302** |
| **(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais** |  |  |  |  |
| Contas a Receber | 2.124 | 32.984 | 122.906 | (228.784) |
| Estoques | (1.288) | 90 | 1.452 | 1.616 |
| Aplicações Financeiras |  |  | (901) | (2.625) |
| Depósitos e Bloqueios Judiciais | (5.743) | (16) | (7.477) | (10.980) |
| Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros |  |  | 297.587 | (122.191) |
| Tributos e Contribuições Compensáveis | (1.755) | (2.592) | (37.885) | (11.649) |
| Demais Créditos | 16.823 | 8.409 | (31.706) | 67.032 |
|  | **10.161** | **38.875** | **343.976** | **(307.581)** |
| **Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais** |  |  |  |  |
| Fornecedores | (2.939) | 3.290 | (336.751) | 304.612 |
| Obrigações Tributárias | (2.401) | (3.165) | 316.637 | 6.912 |
| Contribuição de Iluminação Pública |  |  | (57.844) | (11.058) |
| Encargos Regulatórios |  |  | (35.182) | 9.108 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 150 | 47 | 2.419 | 8.343 |
| Obrigações Societárias | (68) | (5.458) | 358 | (7.812) |
| Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros |  |  | (123.810) | 61.860 |
| Benefícios Pós-Emprego |  |  | (206.944) | (27.697) |
| Obrigações Vinculadas a Concessão |  |  | (2.158) |  |
| Demais Obrigações | 762 | (485) | 38.921 | (17.974) |
|  | **(4.496)** | **(5.771)** | **(404.354)** | **326.294** |
| **Caixa Proveniente das Atividades Operacionais** |  |  |  |  |
| Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio | 58.176 | 1.361 | 7.169 | 1.361 |
| Pagamento de Encargos da Dívida | (4.449) |  | (31.182) | (37.329) |
| Juros Recebidos – Mútuo |  | 825 |  | 886 |
|  | **53.727** | **2.186** | **(24.013)** | **(35.082)** |
|  |  |  |  |  |
| **Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais** | **56.769** | **31.793** | **175.132** | **106.197** |

**Evento não caixa relevante**

A Companhia recebeu da CEB Geração S.A. a cessão de crédito no valor de R$ 35.414 pela sub-rogação do contrato dos direitos creditórios. Tal operação movimentou apenas contas do ativo e não compõe as movimentações do fluxo de caixa.

### INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

* Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
* Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
* Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
* Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e em 30 de setembro de 2018 estão incluídas no quadro seguinte:

* 1. **Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Período findo em 30/09/2019** | | | | | | |
| **Distribuição** | **Geração** | **Comercialização** | **Outros** | **Eliminações** | **Consolidado** | |
| **ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)** | 1.159.306 | 7.558 | 97.842 | 16.451 |  | 1.281.157 | |
| Adições (reduções) aos ativos do Segmento no período | (15.834) | (2.456) | (496) | (1.422) |  | (20.208) | |
| **INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES** |  |  | **188.187** | **416.638** | **(248.917)** | **355.908** | |
|  |  |  |  |  |  |  | |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **1.890.652** | **18.694** | **164.268** | **42.295** | **(129.430)** | **1.986.480** | |
| Custo com Energia Elétrica | (1.455.209) | (3.474) | (39.146) |  | 129.430 | (1.368.399) | |
| Custo de Operação | (173.528) | (568) | (33.765) | (3.813) |  | (211.674) | |
| Custo do Serviço Prestado a Terceiros | (155) | (2.260) | (15) | (31.814) |  | (34.244) | |
| **Lucro Bruto** | **261.760** | **12.392** | **91.342** | **6.668** | **(0)** | **372.163** | |
| **Receitas/ (Despesas) Operacionais** | **(187.196)** | **(4.244)** | **5.467** | **53.773** | **(64.160)** | **(196.360)** | |
| Despesas com Vendas | (100.455) |  |  | (3.015) |  | (103.471) | |
| Despesas Gerais e Administrativas | (94.372) | (3.824) | (4.080) | (13.528) |  | (115.804) | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial |  |  | 9.260 | 70.240 | (64.158) | 15.342 | |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 7.632 | (420) | 286 | 76 | (2) | 7.573 | |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro** | **74.564** | **8.148** | **96.809** | **60.441** | **(64.160)** | **175.802** | |
| **Receitas (Despesas) Financeiras** | **(61.626)** | **1.206** | **978** | **7.361** |  | **(52.081)** | |
| Receitas Financeiras | 66.884 | 1.841 | 3.799 | 9.086 |  | 81.609 | |
| Despesas Financeiras | (126.342) | (635) | (2.820) | (1.725) |  | (131.522) | |
| Variação Cambial | (2.168) |  |  |  |  | (2.168) | |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos** | **12.938** | **9.354** | **97.788** | **67.802** | **(64.160)** | **123.722** | |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **548** | **(1.245)** | **(25.153)** | **1.384** |  | **(24.466)** | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente | (56.914) | (1.245) | (26.018) |  |  | (84.176) | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 57.461 |  | 865 | 1.384 |  | 59.710 | |
| **Lucro / (Prejuízo) do Período** | **13.486** | **8.109** | **72.635** | **69.186** | **(64.160)** | **99.255** | |
| **Atribuído aos Acionistas Controladores** |  |  |  |  |  | **69.426** | |
| **Atribuído aos Acionistas não Controladores** |  |  |  |  |  | **29.829** | |
|  | **Exercício findo em 30/09/2018** | | | | | |
| **Distribuição** | **Geração** | **Comercialização** | **Outros** | **Eliminações** | **Consolidado** |
| **ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)** | 1.177.533 | 7.442 | 104.082 | 17.285 |  | 1.306.342 |
| Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício | (4.255) | (22) | (3.656) | (1.912) |  | (9.845) |
| **INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES** |  |  | **1.670** | **29.615** | **(29.610)** | **1.675** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **1.864.747** | **14.162** | **133.986** | **47.281** | **(103.270)** | **1.956.906** |
| Custo com Energia Elétrica | (1.467.965) | (4.142) | (52.659) |  | 103.270 | (1.421.496) |
| Custo de Operação | (194.970) | (531) | (25.456) | (2.580) |  | (223.537) |
| Custo do Serviço Prestado a Terceiros | (1.745) | (2.334) | (1.086) | (35.964) |  | (41.129) |
| **Lucro Bruto** | **200.067** | **7.155** | **54.785** | **8.737** |  | **270.744** |
| **Receitas/ (Despesas) Operacionais** | **(204.539)** | **(1.554)** | **1.945** | **(41.969)** | **55.020** | **(191.097)** |
| Despesas com Vendas | (100.840) |  |  | 5.983 |  | (94.857) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (111.002) | (1.533) | (3.687) | (13.628) |  | (129.850) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial |  |  | 5.054 | (38.542) | 55.023 | 21.535 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 7.303 | (21) | 578 | 4.218 | (3) | 12.075 |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro** | **(4.472)** | **5.601** | **56.730** | **(33.232)** | **55.020** | **79.647** |
| **Receitas (Despesas) Financeiras** | **(84.123)** | **136** | **2.054** | **1.550** |  | **(80.383)** |
| Receitas Financeiras | 64.788 | 249 | 3.711 | 1.736 |  | 70.484 |
| Despesas Financeiras | (126.431) | (113) | (1.657) | (186) |  | (128.387) |
| Variação Cambial | (22.480) |  |  |  |  | (22.480) |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos** | **(88.595)** | **5.737** | **58.784** | **(31.682)** | **55.020** | **(736)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **377** | **(562)** | **(14.565)** | **1.093** |  | **(13.657)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente | - | (562) | (16.851) |  |  | (17.413) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 377 |  | 2.286 | 1.093 |  | 3.756 |
| **Prejuízo do Período** | **(88.218)** | **5.175** | **44.219** | **(30.589)** | **55.020** | **(14.393)** |
| **Atribuído aos Acionistas Controladores** |  |  |  |  |  | **(30.323)** |
| **Atribuído aos Acionistas não Controladores** |  |  |  |  |  | **15.930** |

### EVENTOS SUBSEQUENTES

* 1. **Postergação do prazo de recolhimento do ICMS**

No dia 30 de outubro de 2019, o Governo do Distrito Federal promulgou o Decreto nº 40.206 que altera para o dia 10 de julho de 2020, o prazo de recolhimento do ICMS, de que trata o inciso VII do art. 74 do Decreto 18.995/1997, relativamente aos fatos geradores ocorridos nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019 praticados pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

* 1. **Alienação de Imóveis/Terrenos**

Como medida de flexibilização para mitigar o desequilíbrio financeiro da CEB DIS, a Companhia vem realizando licitações para alienação de terrenos destinados à venda, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1)     IMÓVEL LAGO SUL (LIC Nº 1144/2019):** | **2)      IMÓVEL GUARÁ (LIC Nº 1144/2019):** | **3)      IMÓVEL RIACHO FUNDO (LIC Nº 1145/2019):** |
| - A licitação ocorreu no dia 30/09/2019 às 15h; | - A licitação ocorreu no dia 30/09/2019 às 15h; | - A licitação ocorreu no dia 25/09/2019 às 10h; |
| - Valor mínimo do terreno: R$ 3.350.000,00; | - Valor mínimo do terreno: R$ 2.470.000,00; | - Valor mínimo do terreno: R$ 293.000,00; |
| - Valor adjudicado: R$ 3.551.100,00; | - Valor adjudicado: R$ 6.661.000,00; | - Valor adjudicado: R$ 350.000,00; |
| - Ágio: 6%; | - Ágio: 169,67%; | - Ágio: 19,45%; |
| **- Pagamento finalizado. Crédito em 28/10/2019.** | - **Prazo para pagamento: até 08/11/2019.** | - **Prazo para pagamento: até 08/11/2019.** |
|  |  |  |
| **4)      IMÓVEL TAGUATINGA (LIC Nº 1148/2019)** | **5)      IMÓVEL CRUZEIRO (LIC Nº 1210/2019):** | **6)      IMÓVEL ASA NORTE (LIC Nº 1146/2019)** |
| - Licitação prorrogada para o dia 20/11/2019 às 15h; | - Licitação prorrogada para o dia 22/11/2019 às 10h; | - Licitação prorrogada para o dia 25/11/2019 às 10h; |
| - Valor mínimo do imóvel: R$ 26.641.000,00; | - Valor mínimo do terreno: R$ 430.000,00; | - Valor mínimo do imóvel: R$ 10.200.000,00; |
| - Valor da caução: R$ 266.410,00 (1% do valor do imóvel); | - Valor da caução: R$ 4.300,00 (1% do valor do imóvel); | - Valor da caução: R$ 102.000,000 (1% do valor do imóvel); |
| **- Previsão de pagamento: dezembro/2019.** | **- Previsão de pagamento: dezembro/2019.** | **- Previsão de pagamento: dezembro/2019.** |

Em 10 de outubro de 2019, foi homologada a alienação pela Administração, dos terrenos do Riacho Fundo, Lago Sul e Guará, gerando um ganho de capital para a CEB DIS no montante de R$ 10.418.

* 1. **Reajuste Tarifário**

Em reunião pública ordinária de Diretoria, a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual da CEB Distribuição S.A., a ser aplicado a partir de 22 de outubro de 2019. As tarifas atualmente praticadas tiveram efeito médio a ser percebido pelos consumidores de menos 6,79%. Destes, menos 6,52% para os consumidores em alta tensão e menos 6,91% para os consumidores em baixa tensão.

O efeito médio de menos 6,79% decorre do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2018, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em menos 4,96% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,65%.

Os fatores que mais contribuíram para o índice global negativo foram os percentuais de menos 5,92% para o CDE (Conta ACR) e de menos 1,90% para o CDE (Decreto 7945/2013), ambos encargos setoriais do sistema elétrico brasileiro.

A quitação da conta ACR ocorreu em setembro de 2019.  O pagamento, que venceria em abril de 2020, foi antecipado em cumprimento à Agenda de Desoneração Tarifária da Aneel.

* 1. **Processo Judicial nº 2016.01.1.06703-7**

Trata-se de ação indenizatória movida pela ELETRONORTE em desfavor da CEB D em razão de aquisição do imóvel situado na SGAS 904 no ano de 2006. Parte do imóvel ainda está ocupada pela ASCEB, impossibilitando a transferência total da posse deste à adquirente. O pedido indenizatório fora negado em 1º grau, com reversão de entendimento pelo TJDFT. Atualmente o processo pende de julgamento de recurso especial pelo STJ. Diante disso, em outubro de 2019, foi constituída provisão contingencial no montante de R$ 9.303.

Brasília, 13 de novembro de 2019.

|  |  |
| --- | --- |
| **EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA** | **PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO** |
| **Diretor-Presidente** | **Diretor Técnico** |

|  |  |
| --- | --- |
| **FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA** | **ALEXANDRE GUIMARÃES** |
| **Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos** | **Diretor Administrativo-Financeiro e de**  **Relações com Investidores** |

**MARLY GOMES ARAÚJO**

**Contadora**

**CRC – DF 7901/O-8**